



Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor

**CONTRIBUTO DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
PARA A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO 1.º E
2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Andreia Sofia Lobo Galapito

Orientadora: Professora Doutora Maria Luísa Panaças

Portalegre
Outubro 2017

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor

**CONTRIBUTO DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
PARA A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO 1.º E
2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre para a obtenção do grau de Mestre em Educação Especial, Especialização no Domínio Cognitivo e Motor, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luísa Panaças.

Constituição do júri:

Presidente: Prof. Doutor Abílio José Maroto Amiguinho

Arguente: Prof. Doutor Avelino Fernando Pinheiro Bento

Orientador: Prof^a. Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

22 Fevereiro 2018, 11h, Salão Nobre da Escola Superior de Educação e Ciências
Sociais de Portalegre

DEDICATÓRIA

Às crianças com quem trabalho diariamente que, de tão “especiais” que são, me provam
que tudo é possível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, pelo apoio incondicional, por estarem sempre presentes, por acreditarem no meu trabalho.

Ao meu marido pelo apoio e por respeitar as minhas indetermináveis horas em frente ao computador, aos livros e na correria das entrevistas.

À Professora Doutora Maria Luísa Panaças pelo incentivo, por acreditar que era possível, por me ajudar em todo o processo.

A todos os envolvidos na investigação, o meu obrigada por me receberem, por me transmitirem as vossas opiniões, por enriquecerem a minha investigação com os vossos pontos de vista.

Aos meninos com quem diariamente trabalho, pois até eles perceberam o peso e a importância deste trabalho.

Às colegas de Mestrado por manterem o apoio, mesmo à distância.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo saber qual a importância atribuída ao papel do Animador Sociocultural na Inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, tendo por base um estudo de caso.

A Animação Sociocultural baseia-se num conjunto de técnicas e alicerces capazes de levar os públicos a serem ativos no seu próprio desenvolvimento, tanto a nível pessoal como social. Trabalhando diretamente com crianças com Necessidades Educativas Especiais, e envolvendo toda a comunidade educativa, a ASC pretende levar a uma consciencialização e uma inclusão de todos os grupos.

Nesta investigação, que tem por base um estudo de caso num Agrupamento de Escolas onde não existe Animador Sociocultural, pretendemos obter dos entrevistados um ponto de vista crítico face à presente situação, mostrando a importância do papel do Animador Sociocultural na inclusão e desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, recorrendo às expressões artísticas como meio de comunicação.

A escola tem um papel fundamental na formação da criança, tanto a nível educativo como pessoal e social, sendo a inclusão um meio de reconhecimento e aceitação pela diferença. Podemos verificar com esta investigação que é atribuído ao Animador Sociocultural um papel importante na inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Palavras-chave: Animação Sociocultural; Animador Sociocultural; Educação Especial; Inclusão; Expressões Artísticas.

ABSTRAT

The present study aims to find out how important the role of the Sociocultural Animator is in the Inclusion of children with Special Needs in elementary and middle school, based on a case study.

Sociocultural Animation is based on a series of techniques and foundations capable of making audiences active in their own development, both personally and socially. Working directly with children with special educational needs, and involving the entire educational community, ASC aims to raise awareness and inclusion of all groups.

In this research, which is based on a case study in a Grouping of Schools where there is no Sociocultural Animator, we intend to obtain from the interviewees a critical point of view regarding the present situation, showing the importance of the role of the Sociocultural Animator in the inclusion and personal development of each individual, using the artistic expression as a mean of communication.

The school has a fundamental role in the education of the child, educationally, personally and socially, being the inclusion a means of recognition and acceptance by difference. We can verify with this investigation that the Sociocultural Animator has an important role in the inclusion of children with Special Needs.

Keywords: Sociocultural Animation; Sociocultural Animator; Special Education; Inclusion; Artistic Expressions

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO	11
PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1.1. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL.....	13
1.1.1. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA COMUNIDADE EDUCATIVA.....	17
1.1.2. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
1.2. NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	20
1.2.1. INCLUSÃO	22
1.2.2. A MULTIDEFICIÊNCIA.....	24
1.3. AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS	25
1.3.1. AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	29
PARTE 2 – ESTUDO DE CASO/INVESTIGAÇÃO	32
2.1. MÉTODO.....	32
2.1.1. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.....	32
2.1.2. FUNDAMENTAÇÃO DO MÉTODO.....	33
2.1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	36
2.1.4. PARTICIPANTES.....	39
2.1.5. INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS	41
2.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	43
2.2.1. CATEGORIA I – ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL	44
2.2.2. CATEGORIA II – ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	47
2.2.3. CATEGORIA III – EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	50
2.2.4. CATEGORIA IV – RELAÇÃO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E A ESCOLA.....	52
2.2.5. CATEGORIA V – BOAS PRÁTICAS	54
2.2.6. ENTREVISTAS AOS ALUNOS.....	59
2.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	60
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

Anexos.....	73
Anexo 1 - Guião de entrevista a Professores e Encarregados de Educação	74
Anexo 2 - Guião de entrevista a alunos	76
Anexo 3 – Declarações de Consentimento informado.....	77

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização da amostra.....	39
Quadro 2 - Caracterização do pessoal docente	40
Quadro 3 - Caracterização dos educandos.....	40
Quadro 4 - O Animador Sociocultural para Diretor do Agrupamento e para o Coordenador de Educação Especial.....	44
Quadro 5 - O Animador Sociocultural para o 1.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação	45
Quadro 6 - O Animador Sociocultural para o 2.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação	45
Quadro 7 - Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Diretor e Coordenador de EE	47
Quadro 8 - Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 1.º ciclo do Ensino Básico	47
Quadro 9 - Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 2.º ciclo do Ensino Básico	48
Quadro 10 - Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE	50
Quadro 11 - Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 1.º ciclo do Ensino Básico	51
Quadro 12 - Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 2.º ciclo do Ensino Básico	51
Quadro 13 - Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola.....	53
Quadro 14 - Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 1.º ciclo do Ensino Básico.....	53
Quadro 15 - Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 2.º ciclo do Ensino Básico.....	54
Quadro 16 - Melhorias nos Projetos de Educação Especial	55
Quadro 17 - Melhorias nos Projetos de Educação Especial (1)	55
Quadro 18 - Melhorias nos Projetos de Educação Especial (2)	56
Quadro 19 - Importância das atividades de inclusão.....	56
Quadro 20 - Importância das atividades de inclusão (1).....	57
Quadro 21 - Importância das atividades de inclusão (2).....	57
Quadro 22 - O que é um Animador Sociocultural?	59
Quadro 23 - Que atividades são desenvolvidas com as crianças com NEE?.....	59

SIGLAS E ABREVIATURAS

ASC – Animação Sociocultural

NEE – Necessidades Educativas Especiais

EE – Educação Especial

E. Educ. – Encarregado de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

p. – página

coord. – coordenação

trad. – tradução

s/d – sem data

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Especial, Domínio Cognitivo e Motor, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre – Instituto Politécnico de Portalegre.

Como nos é apresentado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), pretende-se que as crianças com NEE sejam incluídas nas escolas regulares, tendo as mesmas um papel fundamental no combate à discriminação, incluindo-as. As escolas devem adaptar-se a todas as crianças, dando-lhe o direito à educação independentemente do seu tipo de dificuldades.

O Decreto/Lei n.º 3/2008 vem enquadrar os objetivos da Educação Especial. A Educação Especial pretende-se que seja inclusiva a nível educativo e social, bem como promotora de uma igualdade de oportunidades, assim como do aumento da autonomia e da promoção de uma maior estabilidade emocional.

No início do meu percurso profissional, foi-me permitido trabalhar diretamente com crianças com Necessidades Educativas Especiais, em contexto de Jardim de Infância, nomeadamente com uma criança inserida numa escola de educação pré-escolar que recebia um acompanhamento exterior da parte da equipa de intervenção precoce e que estava incluída com todas as crianças da sua sala. Com a continuação do meu percurso profissional, e passando a trabalhar com crianças de 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, em contexto não letivo, desenvolveu-se um interesse por perceber o envolvimento que estas crianças têm na comunidade educativa em que estão inseridas, no que diz respeito à Educação Especial.

Trabalhando enquanto Animadora Sociocultural em períodos não lectivos e estando em permanente contacto com crianças com e sem NEE, que fazem parte do Agrupamento de Escolas em estudo, foi desenvolvido um interesse particular sobre a formação que é dada na escola, sobre as atividades que lá são desenvolvidas no que diz respeito à Educação Especial, sobre o conhecimento que esta comunidade educativa tem sobre o papel do Animador Sociocultural junto das crianças com NEE, e principalmente, sobre o trabalho de inclusão que é desenvolvido com estas mesmas crianças.

Tendo por base o exposto, o presente estudo tem como objetivo saber qual o contributo do Animador Sociocultural na inclusão das crianças com NEE no 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, tendo por base entrevistas feitas a vários intervenientes na comunidade educativa, docentes, pais e alunos.

Este estudo está organizado em duas grandes partes, na parte 1 o enquadramento teórico e na parte 2 a investigação, neste caso um estudo de caso, e a análise dos resultados recolhidos. No enquadramento teórico apresentam-se alguns conceitos que se consideram relevantes para a contextualização da investigação, começando por definir a Animação Sociocultural e o papel do Animador Sociocultural, contextualizando a ASC na Comunidade Educativa e seguidamente na Educação Especial, apresentando as funções da ASC nestes contextos, passando pela definição de Inclusão.

Visto que do Agrupamento de Escolas em estudo fazem parte duas salas de Multideficiência, achou-se pertinente a introdução de uma contextualização deste mesmo conceito, de modo a clarificar a intervenção feita no agrupamento em causa, e o tipo de casos que no mesmo existem.

Abordando o tema das Expressões Artísticas, como meio de expressão motora e cognitiva, relaciona-se ainda o mesmo em concreto com a sua função na Educação Especial.

Na segunda parte, na apresentação da investigação, começa-se por fazer uma contextualização teórica do tipo de estudo feito. Clarificam-se os objetivos do estudo e o tipo de investigação feita, caracterizando-se o contexto e a amostra escolhida, explicando o processo de recolha de dados e todos os procedimentos.

Para a recolha de dados recorreu-se a entrevistas na comunidade educativa em estudo, nomeadamente docentes, pais e alunos, Diretor do Agrupamento de Escolas e Coordenador de Educação Especial.

Apresentam-se todos os dados recolhidos na comunidade, os vários entendimentos sobre a temática, as várias perspetivas sobre a Animação Sociocultural e a Educação Especial, sobre a intervenção do Animador Sociocultural na Inclusão das crianças com NEE.

Segue-se uma análise aos dados recolhidos, começando por fazer uma análise dos resultados, uma discussão de resultados em comparação com a componente teórica apresentada na primeira parte do trabalho, de modo a sintetizar todas as ideias. Ainda nesta parte é apresentada uma conclusão geral referente aos resultados obtidos durante a investigação, assim como abordados alguns pontos que resultam de implicações de algumas lacunas existentes no Agrupamento de Escolas estudado.

Preende-se com este trabalho não apenas mostrar a importância da inclusão para as crianças com NEE, mas também realçar a importância deste contato com a realidade para todas as crianças, a importância de sensibilizar as crianças para uma realidade que as rodeia e da qual fazem parte, sendo de grande importante investir na formação pessoal, social e cultural de todos, realçando-se a importância do papel do Animador Sociocultural nesta mesma intervenção.

PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Entende-se como antecedentes da Animação Sociocultural toda a atividade de cariz social, educativo e cultural, toda e qualquer tipo de ação desenvolvida para e com a comunidade, com o intuito de criar momentos de partilha e transformação social, tornando-os ativos no seu próprio desenvolvimento (Lopes, 2006).

As primeiras iniciativas associadas à ASC, criada a partir da 1.ª República, destinam-se essencialmente aos adultos, como é o caso da criação das Universidades Livres, destinadas a operários e empregados de comércio e escritório, assim como depois a criação das Universidades Populares. Estas últimas tinham um papel muito importante, pelo tipo de atividades desenvolvidas, como exposições, concertos, implementação de hábitos de leitura, promoção de conferências, um papel muito dinâmico e importante para as comunidades, chegando a ser consideradas de “Utilidade Nacional”. Com o Estado Novo e a ditadura militar, tutelaram-se todas as atividades existentes, tudo estava sob a orientação do estado, e as atividades culturais, sociais e artísticas eram desenvolvidas com o intuito de “distrair o povo e não para o consciencializar e liberar. O povo era colocado na situação passiva diante dos acontecimentos culturais” (Lopes, 2006, p.107).

Em Portugal, é a partir dos anos 60 do século XX que a ASC surge:

“motivada pela necessidade histórica e social da vivência corresponder à convivência e a participação não ser reduzida a um ritual calendarizado, mas antes a uma prática comprometida com o desenvolvimento rumo à autonomia das pessoas e à auto-organização; pela necessidade de o tempo livre não ser ocupado, mas sim animado; de se privilegiar a comunicação interpessoal, em vez da distanciação mediatizada; de se promover a criatividade e expressividade humanas e não a robotização; de se favorecer a partilha de saberes em vez de se proclamar um saber unívoco; de se estimular o actor/pessoa em vez do espetador/pessoa, bem como de se valorizar as práticas e as experiências, expressas nas dimensões da educação não formal e informal” (Lopes, 2006, p. 136,137).

O conceito de Animação Sociocultural surge associado à intervenção social, surgindo a FNAT, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, destinando as atividades de Animação Sociocultural aos trabalhadores, à criação de tempos livres (Lopes, 2006).

Segundo Bento (2003), fazendo referência ao Relatório da UNESCO sobre a Educação para o século XXI, a Animação Sociocultural, em Portugal, assume após o 25 de abril de 1974 uma intervenção na sociedade com dimensão política, cultural, social e educativa:

“a primeira, a dimensão política, utilizada como objecto de democracia; depois, a dimensão cultural, utilizada como objecto de expressão popular; a terceira, a

dimensão social, utilizada como objeto de afirmação individual e colectiva; finalmente, a quarta dimensão, a educativa, utilizada como objecto da educação permanente, ou ao longo da vida” (Bento 2003, p.102).

Lopes (2006) distingue, entre 1974 e 1980, duas fases da Animação Sociocultural. Inicialmente a “fase revolucionária”, onde existia uma intensa atividade interventiva da ASC, através da Comissão Internacional para a Animação Sociocultural, a partir de 1977 caracteriza uma “fase constitucionalista”, onde existiu a criação de instituições destinadas a assumir as funções da Animação Sociocultural, como o FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Jovens) e a INATEL (Instituição Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores).

Entre 1981 e 1990 Lopes (2006) distingue ainda outras duas fases da ASC, a “fase patrimonialista” onde ainda era o Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, da FAOJ e da Junta Central das Casas do Povo, o grande impulsionador de atividades. A partir de 1986 surge a “fase de deslocação da ASC do poder central para o poder local”, onde passou a existir um interesse local pelo aproveitamento de recursos e mobilização dos mesmos.

A Animação Sociocultural surge pela necessidade de se estimular nas pessoas a sua auto-participação de forma a serem autores do seu próprio desenvolvimento, privilegiando a comunicação interpessoal e promovendo a criatividade e a expressividade humana (Lopes 2006).

Bento (2003) menciona alguns autores relativamente aos conceitos de Animação Sociocultural (Quintana 1986, Puig 1989, Ander-Egg 1991, Jaume Trilla 1997), no sentido de contextualizar e estruturar os parâmetros e a intervenção do Animador Sociocultural. Referem deste modo que deve ser através da análise da realidade da comunidade que se criam as estratégias adequadas à intervenção nessa mesma comunidade, devendo estas estratégias serem abertas aos contextos exteriores, possibilitarem a influência de outras práticas culturais.

Bento, (2003) diz-nos que:

“A Animação Sociocultural é uma forma de acção sociopedagógica que, sem ser a única, se caracteriza pela procura e pela intencionalidade de gerar processos de participação das pessoas em áreas culturais, sociais e educativas que correspondam aos seus próprios interesses e necessidades” Bento (2003, p. 120).

Trilla (2004) apresenta-nos uma polissemia do significado de ASC, reunindo um conjunto de aspetos que considera essenciais, apresentado ele próprio mais uma definição para juntar às tantas já existentes, definindo a ASC como:

“o conjunto de acções realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade (ou num sector da mesma) e dentro do âmbito de um território concreto, com o objetivo principal de promover nos seus membros uma atitude de

participação activa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural” (Trilla, 2004, p. 26).

A ASC não se resume apenas a uma intervenção individual, a ASC pode intervir com pequenos ou grandes grupos, em áreas restritas ou meios mais abrangentes, não tem que se resumir a um só sector, a sua área de intervenção é bastante abrangente. O Animador Sociocultural deve criar nas pessoas uma atitude participativa, não fazerem parte mas sim serem parte do seu próprio desenvolvimento, “os indivíduos desenvolvem-se enquanto contribuem para o desenvolvimento da comunidade e vice-versa; de maneira que pessoa e comunidade se transformem em destinatários inseparáveis da ação sociocultural” (Trilla 2004, p.29).

A Animação Sociocultural gere-se em torno da promoção de atividades de cariz cultural, social, educativo e artístico, contribuindo deste modo para a promoção dos tempos de lazer, de forma a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida, destacando os potenciais de cada local e cada grupo em que se intervém, de modo a que estes sejam participantes ativos do seu próprio desenvolvimento (Trilla 2004).

Dentro da Animação Sociocultural podemos destacar duas superestruturas, os contextos e as instituições. Os contextos são as áreas de atuação, sendo estas culturais, sociais e educativas. As instituições são os locais onde se desenvolvem as diversas atividades dentro dos contextos, sendo estas as autarquias e as coletividades locais, as organizações sociais, as associações voluntárias e artísticas, assim como as escolas. Além das duas superestruturas, a Animação Sociocultural, segundo Bento (2003), percorre quatro dimensões operativas, o método, a ação, a mudança e os conteúdos.

Segundo Bento (2003), a ASC centra-se numa intenção de mudança, recorrendo a atividades culturais e estratégias de intervenção inovadoras, de modo a criar um desenvolvimento sociocultural e educativo onde todos os intervenientes se coloquem tanto num papel de observador como de participante. A intervenção dos protagonistas da mudança deve deste modo ser uma intervenção ativa e mobilizadora.

Simões (2006) apresenta-nos uma Animação Cultural que requer uma intervenção socioeducativa. A implementação de atividades informais ou de complementos não-formais, a interação com as comunidades, o desenvolvimento de atividades nas escolas ou ainda o aproveitar de recursos existentes nas comunidades de forma a explorá-los ou implementar novas estratégias. Refere no animador uma variedade de intervenções culturais. O desenvolvimento de atividades em conjunto com as autarquias, a organização de eventos, a dinamização de atividades de “tempos livres”, são alguns dos exemplos apresentados para as funções do Animador Sociocultural.

“É um trabalho social que aglutina esforços (nem sempre sinérgicos) para envolvimento comunitário. Porque a intervenção sociocultural e a socioeducativa

propõem interligação da atividade política, a participação cívica, no desenvolvimento social, cultural e económico dos locais” (Simões, 2006, p.57).

Lopes e Peres (2010) referem ainda a Animação Sociocultural com uma intervenção interpessoal, com o objetivo de promover uma interação entre todos, destacando as mais-valias de cada um, e promovendo a sua inclusão na restante comunidade, “potenciando o autodesenvolvimento e a autonomia” (Lopes & Peres, 2010, p.9).

Trilla (2006), ao atribuir ao Animador Sociocultural a função de intervir na comunidade, explorar estratégias de intervenção, estimular a comunicação, delinear metodologias, programar atividades, promover ações e momentos de reflexão, gerir atividades e fomentar as iniciativas e vida associativa, promover iniciativas de carácter social e cultural, apresentam um conjunto de características do animador, definindo-o como:

*“ – um educador ... visto que pretende provocar uma mudança de atitudes, da passividade à atividade;
- um agente social, visto que exerce esta animação não com indivíduos isolados, mas com grupos ou colectivos os quais tenta envolver numa acção conjunta;
- um relacionador, capaz de estabelecer uma comunicação positiva entre pessoas, grupos e comunidade e de todos eles com as instituições sociais e com os organismos públicos” (Trilla, 2004, p. 125).*

O Animador Sociocultural é um agente de desenvolvimento, desempenhando funções gerais ou específicas, impulsionando a mudança sem esquecer a tradição, apostando na inovação para levar à melhoria da qualidade de vida da população.

Vários são os autores que se pronunciam sobre as funções e o perfil do Animador Sociocultural. Dinis (2007) diz-nos que o Animador Sociocultural aparece num espaço flexível e criativo, onde pode desenvolver a sua intervenção. Azevedo (2009) atribui a este profissional um perfil de empreendedor, na forma como se adapta a vários contextos no decorrer das suas atividades. Correia (2008) define o Animador Sociocultural como um investigador, aquele que cumpre um conjunto de requisitos que o leva a explorar, a inspirar-se na criação de novos projetos.

A polissemia atribuída por Trilla (2006) ao conceito de Animação e de Animador e também referida por Mendes (2010) ao referir a dificuldade em se atribuir um estatuto a esta profissão à variedade de formações de base existentes e os vários conceitos atribuídos ao mesmo, levam a que o papel do Animador Sociocultural, embora de grande importância, não seja de todo reconhecido e valorizado.

Trilla (1998) define a Animação Sociocultural como a promoção de uma atitude participativa por parte dos intervenientes. A ASC pode intervir numa comunidade global ou num público mais restrito, pretendendo envolver esse mesmo público como agentes ativos do seu próprio desenvolvimento social e cultural.

Bento (2003) atribui à ASC uma função sociopedagógica, com o intuito de criar nas pessoas processos de participação ativa nas áreas sociais, culturais e educativas.

O Animador Sociocultural, segundo Babo (2010), ao promover atividades que apelem à criatividade e à autonomia das crianças, vai criar um ambiente de aprendizagem mais agradável, uma maior promoção de inclusão e envolvimento sociocultural, podendo dar um grande contributo à inclusão das crianças com NEE. Recorrendo ao lúdico, o Animador Sociocultural, embora trabalhando com crianças diferentes, pode utilizar os mesmos materiais, adaptando o tipo de atividades, jogos e interações, sendo uma mais-valia tanto para as crianças com NEE como para as restantes, desenvolvendo uma maior aceitação e um respeito pela diferença. A utilização do lúdico com caráter pedagógico na Educação Especial cria um ambiente facilitador no contacto entre os demais.

1.1.1. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA COMUNIDADE EDUCATIVA

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, a educação é o “processo que visa o pleno desenvolvimento intelectual, físico e moral de um indivíduo (sobretudo na infância e na juventude) e a sua adequada inserção na sociedade”.

M. F. Patrício (1986), mencionado por Bento (2003), faz uma diferença entre a Escola Curricular e a Escola Cultural. Caracteriza a Escola Curricular como o espaço onde são adquiridos conhecimentos baseados nos programas, em disciplinas definidas, defendendo ainda que a Escola Cultural com a sua “forte intencionalidade cultural” (M. F. Patrício, 1986, citado por Bento, 2006, p.64) deve estar presente na Escola Curricular. Pode-se então concluir que o autor defende uma escola integral que deve abranger as duas dimensões: cultural e curricular, não as dissociando uma da outra, pois na dimensão curricular está sempre presente a cultural, visto que se transmitem os valores e as ideias presentes numa sociedade.

A educação não se deve restringir apenas ao papel desenvolvido dentro das escolas, não podemos esquecer que existe uma educação cultural, que é trabalhada pelas instituições, meio ambiente e estruturas sociais (Bento, 2003).

Babo (2010) falam-nos da Animação Sociocultural com uma estreita ligação à educação, afirmando que “ambas se envolvem na necessidade de dar vida a algo ou de trazer para fora e ao de cima”. Acrescentam ainda que “Não é possível pensar em animação sociocultural isenta de educação”, afirmando que “uma educação ligada à animação sociocultural valoriza a intervenção, a socialização, a liberdade, a partilha de saberes e o aprender fazendo” (Babo, 2010, p.14).

O animador sociocultural molda-se consoante o público que tem perante si, não podendo perder a capacidade de observar, ouvir e agir, estimulando no outro a capacidade de ser agente no seu próprio desenvolvimento (Babo 2010).

Trilla (2004) define o Animador Sociocultural como um educador, pois embora nem todos o considerem um educador é consensual a todos que o animador é um incentivador, um motivador e impulsionador de mudança, e por isto o animador pode ser considerado um educador.

O jogo, a atividade lúdica, é um instrumento fundamental para o desenvolvimento das capacidades de relação entre os pares. É através do jogo que se consegue explorar temáticas relacionais, explorar a criatividade e a capacidade de relação interpessoal. Com o jogo, principalmente com o jogo de grupo, é possível desenvolver a confiança e a capacidade de expressão perante os outros, desenvolver a capacidade crítica e relacional, desinibir e explorar a criatividade. É com o jogo que se conseguem dissuadir as diferenças entre os indivíduos, permitindo-lhes explorar em conjunto e atingir juntos o mesmo objetivos. O jogo é fundamental no desenvolvimento dos grupos. (Brandes e Phillips, 2008).

Coombs e Ahmed, citados por Bento (2003), referem a educação formal como aquela que está presente na escola, aquela em que se restringe aos ensinamentos dados pelo sistema escolar. A educação não-formal refere-se àquela que, fora da instituição escolar, se destina a públicos específicos, de modo a transmitir-lhes algumas aprendizagens, como por exemplo de planeamento familiar, alimentação, entre outros, a educação informal refere-se a uma aprendizagem relacionada com o meio ambiente, com experiências da vida diária e do transmitido por meios de comunicação.

Os três tipos de educação mencionados são os três vértices de um triângulo educativo, em que Bento (2003) cita ainda Radcliffe e Colleta (1985) sobre o mesmo assunto, onde nos apresentam a educação formal como uma educação que se baseia numa “aprendizagem consciente dos processos de maturação, crescimento e desenvolvimento” (Bento, 2003, p.66), enquanto se referem à educação não-formal e informal como uma educação ao longo da vida, uma educação centrada no ser e no estar, na forma como nos desenvolvemos e como interagimos com a sociedade.

Também Trilla (2004) nos fala sobre este “triângulo educativo”, fazendo a relação entre o formal, não formal e informal e a ASC. Situando-se a escola no sector formal, e os meios de comunicação no sector informal, atribui-se à ASC o sector não formal. As atividades desenvolvidas pelo Animador Sociocultural, embora de carácter educativo, situam-se fora do âmbito curricular, e por este motivo são consideradas no sector não formal. A escola, embora lhe seja atribuída a componente formal da educação, muitas vezes também abrange a componente informal e a não formal, esta última presente muitas vezes nas atividades desenvolvidas pelas associações de pais. Do mesmo modo, os meios de comunicação, aos

quais se atribui uma educação informal, também transmitem programas formais, incluídos algumas vezes nos planos curriculares.

Também a ASC acaba por se desenrolar nos três âmbitos da educação. “A ASC pode mesmo gerar ou facilitar a realização de programas educativos de carácter formal”, no que diz respeito à motivação e incentivação de uma participação e envolvimento ativo. Podemos deste modo concluir que “a ASC, na vertente educativa, pertenceria de maneira genérica ao sector não formal, mas projetando-se, pelos contextos em que atua e pelas atividades que promove, nos outros sectores” (Trilla, 2004, p.33).

O Animador Sociocultural pode, nas escolas, ao desenvolver as suas atividades com a componente lúdica, criar entre as crianças um aumento das suas capacidades de memorização, criatividade e socialização, através do lúdico é mais agradável o desenvolvimento e aquisição de novas competências, assim como o seu envolvimento sociocultural (Martins, 2010).

1.1.2. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com o decreto-lei n.º3/2008, a educação especial pretende incluir as crianças a nível social e educativo, para que estas consigam ter acesso e sucesso no sistema educativo. Pretende-se que estes possam ter uma igualdade de oportunidades, tornando-se o mais autónomos possível.

A educação especial surge, neste sentido, como uma forma de adequar programas e condições às crianças com limitações significativas, permanentes, limitações estas ao nível da aprendizagem, comunicação, mobilidade e autonomia.

As escolas com crianças com limitações significativas permanentes, crianças com necessidades educativas especiais, devem incluir nos seus programas educativos as adaptações necessárias, adequadas aos casos dos alunos inseridos na educação especial.

“A adequação do processo de ensino e de aprendizagem tem por objetivo facilitar o acesso ao currículo, à participação social e à vida autónoma das crianças e jovens com necessidades educativas de carácter permanente” (DGIDC, 2008).

A inclusão destas crianças deve ocorrer de forma natural, destacando as suas capacidades, minimizando as suas incapacidades com a ajuda de todos os intervenientes no processo (Martins, 2010).

Segundo Martins (2010) o Animador Sociocultural ao adaptar atividades, jogos e brincadeiras, pode ser uma boa forma de resposta à inclusão, incluindo todos nas atividades desenvolvidas, criando uma interação entre crianças com e sem necessidades educativas

especiais e todos aqueles que as rodeiam, estimulando o espírito de entreaajuda e de companheirismo, apelando à solidariedade e ao respeito pela diferença.

O Animador Sociocultural pode despertar nas crianças o seu sentido de criatividade, motivando-as e fazendo-as participarem da sua própria inclusão, através das atividades que podem ser desenvolvidas (Martins 2010).

“A animação sociocultural, enquanto prática educativa, apresenta-se como um processo inclusivo e compreensivo” (González & Conejos, 2010, p. 152).

1.2. NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A educação especial passou por várias fases até estar como hoje a conhecemos, Panaças (2011), apresenta-nos a evolução deste conceito dividido por três fases.

Começamos por referir o início da história da educação especial. Até meados do século XVII existia um grande repúdio no que diz respeito à pessoa com deficiência, não era socialmente aceite, existindo uma grande ignorância em relação ao tema. Foram criados os primeiros hospícios onde estas pessoas eram colocadas. Já no final do século começam a surgir os primeiros indícios de educação, destinando-se estas intervenções a pessoas com deficiências auditivas e visuais.

No início do século XIX começam a surgir as primeiras instituições destinadas a prestar cuidados e acompanhar as pessoas com deficiência. A principal intenção era a de as retirar da sociedade e de lhes prestar os cuidados e o acompanhamento de que necessitassem. As crianças com deficiência eram acompanhadas, era-lhes prestado um serviço de educação, mas em escolas próprias, escolas destinadas exclusivamente à educação especial.

É já na segunda metade do século XX, após a implementação da escolaridade obrigatória, e com a Declaração dos Direitos Humanos que as pessoas com deficiência passam a ser «tratadas como pessoas normais». As crianças com deficiências passam a ser incluídas nas escolas regulares e a ter direito ao ensino regular, tal como as crianças ditas «normais».

A Organização Mundial de Saúde vem distinguir a deficiência e a incapacidade, assumindo a deficiência como a perda ou falta de capacidade física ou psicológica e a incapacidade como a redução ou perda total da capacidade de realizar uma função.

Em 1979 surge a Lei n.º 66/79, que vem definir os princípios orientadores da Educação Especial. Em 1991 surge o Decreto-Lei n.º 319/91, atualizando a legislação existente e definindo conceitos importantes para a distinção da pessoa com deficiência e para a educação especial no geral.

Em 2007 começa a surgir uma reforma à legislação existente, surgindo posteriormente o Decreto-Lei n.º 3/2008.

De acordo com o decreto-lei n.º 3/2008, a educação especial pretende incluir as crianças a nível social e educativo, para que estas consigam ter acesso e sucesso no sistema educativo. Pretende-se que estes possam ter uma igualdade de oportunidades, tornando-se o mais autónomos possível.

A educação especial surge, neste sentido, como uma forma de adequar programas e condições às crianças com limitações significativas, permanentes, limitações estas ao nível da aprendizagem, comunicação, mobilidade e autonomia.

As escolas com crianças com limitações significativas permanentes, crianças com necessidades educativas especiais, devem incluir nos seus programas educativos as adaptações necessárias, adequadas aos casos dos alunos inseridos na educação especial.

Para que as crianças com limitações significativas possam ser acompanhadas e integradas no ensino especial, tem de ser feita uma referenciação, referenciação esta que pode ser feita pelos pais ou encarregados de educação, serviços de intervenção precoce, docentes e serviços da comunidade, como é o caso dos serviços de saúde, serviços de segurança social, entre outros.

Após ser feita a referenciação aos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos de escolas, é feita uma avaliação do caso para se apurar se a criança em causa necessita ou não de uma avaliação especializada. Após a referenciação do caso, é o departamento de educação especial que analisa cada caso e decide se deve ser feita uma avaliação especializada com recurso à CIF – CJ (Classificação Internacional da Funcionalidade – para Crianças e Jovens, DGS, 2003).

Após esta avaliação decide-se se o aluno necessita ou não de uma resposta educativa no âmbito da educação especial. Se necessitar deste apoio, desta resposta educativa, é elaborado um PEI (Programa Educativo Individual), com base na avaliação inicial feita por referência à CIF – CJ.

O PEI é um documento importante, tanto para a equidade educativa dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, como para aqueles que intervêm no seu processo educativo.

É um instrumento que deve ser revisto e adaptado à situação atual do aluno, tendo por base novas avaliações do caso para que seja prestado sempre o acompanhamento mais adequado no momento.

“A adequação do processo de ensino e de aprendizagem tem por objectivo facilitar o acesso ao currículo, à participação social e à vida autónoma das crianças e jovens com necessidades educativas de carácter permanente” (DGIDC, 2008).

Existe um conjunto de seis medidas educativas integradas na adequação do processo de ensino, sendo os alunos com necessidades educativas especiais inseridos nestas medidas, facilitando desta forma o acesso ao seu currículo, especificando o tipo de apoio que necessitam.

As medidas educativas que integram a adequação do processo de ensino e de aprendizagem são:

- a) Apoio pedagógico personalizado
- b) Adequações curriculares individuais
- c) Adequações no processo de matrícula
- d) Adequações no processo de avaliação
- e) Currículo específico individual
- f) Tecnologias de apoio.

Os currículos específicos individuais devem ser funcionais, incluir atividades e objetivos que sejam essenciais para o futuro da criança fora da escola, devendo desenvolver-se neste currículo competências que sejam aplicáveis na vida do aluno, realizando-se as atividades em contexto real e tendo em conta a idade cronológica do aluno, para que se torne mais significativa a aprendizagem para o mesmo.

O currículo específico individual vem substituir as competências que estão definidas nos currículos de ensino regular, fazendo deles parte competências e aprendizagens que façam com que o aluno possa ter progressos e consiga atingir competências que lhe facilitem a sua inclusão, inserção na comunidade e alguma autonomia, quando possível.

1.2.1. INCLUSÃO

Com o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, foi implementado um sistema educativo inclusivo, onde se pretende que todas as escolas públicas recebam todas as crianças, independentemente do tipo de necessidades que estas apresentem, pretende-se então criar um sistema educativo onde todos possam aprender juntos, para tal, é necessário ter em conta uma diversidade de responsabilidades que devem ser assumidas pelas diversas partes.

Pode ler-se na Declaração de Salamanca, (UNESCO, 1994) que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas

se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (Declaração de Salamanca, 1994, p.viii).

Correia (2013) apresenta-nos um conjunto de medidas, de responsabilidades que devem ser assumidas pelo estado, sendo elas:

- “ – legislação que considere as reformas necessárias para a implantação e implementação de um “Sistema Educativo”;
- financiamento que assegure os recursos humanos e materiais necessários à “inclusão” da criança com NEE;
- autonomia que permita à Escola implementar um “sistema inclusivo” de acordo com a sua realidade;
- apoio que permita às instituições de ensino superior considerar alternativas de formação que tenham em conta a “filosofia da inclusão”;
- sensibilização que permita ao público em geral perceber as vantagens de um “sistema inclusivo” (Correia, 2013, p. 10).

São ainda atribuídas às escolas responsabilidades que se baseiam na formação dos profissionais, na sensibilização e apoio ao aluno com NEE, assim como na planificação adequada às necessidades e na flexibilidade curricular. A família, assim como a comunidade no geral, deve ser levada a participar em atividades que permitam a inclusão das crianças no NEE, tanto na escola como na restante comunidade, sendo importante a sensibilização junto de todos para a inclusão (Correia, 2013).

Correia (2013) coloca-nos ainda a questão da inserção das crianças com NEE nas salas regulares durante o mais período possível, mencionando Smith e colaboradores (2001), ao referirem que a criança com NEE deve estar junto da criança dita normal uma grande parte do dia.

A inclusão das crianças com NEE nas salas regulares é de extrema importância, tal como apresenta a Declaração de Salamanca, (1994): “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem” (Declaração de Salamanca, 1994, p.11).

Em contrapartida, Rodrigues (2012) assume que a educação inclusiva não se restringe apenas à ação educativa, a educação inclusiva pretende ter como ponto de partida a escola, mas com o intuito de chegar a toda a comunidade, visto que se trata de um projeto social e de cidadania.

Rodrigues (2012) diz-nos que “a Educação Inclusiva compete também aos gestores escolares, ao poder local, aos movimentos sociais e de cidadania, às associações e câmaras, que não pode trabalhar de forma isolada e desarticulada” (Rodrigues, 2012, p. 18).

Segundo Lopes e Peres (2010), não se pode desvalorizar o papel da escola na inclusão das crianças com NEE, a verdadeira inclusão e a promoção de aprendizagens para estas crianças é feita em ambiente escolar, preferencialmente nas salas regulares, não se

podendo minimizar a importância da aprendizagem na Educação Especial, a inclusão da criança não se pode basear apenas na parte social.

Na Convenção sobre os Direitos da Criança, (1990) podemos ler que “Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade” (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1990, p.16).

Citando a Declaração de Salamanca, (1994) “A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educativas especiais e os seus colegas” (Declaração de Salamanca, 1994, p.12).

1.2.2. A MULTIDEFIÊNCIA

A multidefiência é uma condição que pode nascer com a pessoa ou ser adquirida ao longo da vida. Segundo Orelove e Sobsey 2000, citados por Pereira (2004) as pessoas com multidefiência são indivíduos que possuem “limitações acentuadas no domínio cognitivo, associadas a limitações no domínio motor ou no domínio sensorial (visão ou audição) e que requerem apoio permanente, podendo ainda necessitar de cuidados de saúde específicos” (Pereira, 2004, p. 29).

As crianças ou jovens com multidefiência são portadores de um conjunto de limitações acentuadas ao nível cognitivo, motor e/ou sensorial. Estas limitações condicionam o seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem. Como, muitas vezes, não têm muitas capacidades comunicativas, impossibilita-as de se relacionar socialmente com maior facilidade, reduzindo a sua participação nas atividades com os seus pares. Com todas estas limitações é necessário desenvolverem abordagens educativas individuais, que lhes possibilitem explorar o meio e ter maior interação com a comunidade (Pereira, 2004).

“As crianças/jovens com multidefiência não procuram a informação de forma activa. O acesso ao ambiente que as rodeia está condicionado pelas suas limitações a nível cognitivo, motor e sensorial e a sua capacidade de canalizar a atenção para estímulos significativos está diminuída devido à sua dificuldade de os seleccionar” (Pereira, 2004, p. 31).

A criança ou jovem com multidefiência, necessitando de apoio em mais que uma atividade do seu dia-a-dia, necessita de um contato direto com o contexto real, um envolvimento social baseado em experimentações, uma aproximação do real que lhes permita desenvolver as suas aprendizagens. Necessitam de um apoio contínuo e duradouro,

um acompanhamento permanente tendo em conta o seu grau de deficiência, visto terem dificuldade em interpretar a informação (Pereira, 2004).

Ainda segundo Pereira (2004) a ausência de experiências significativas com as crianças ou jovens com multideficiência levam a que as aprendizagens não sejam adquiridas, pois a informação que lhes é dada acaba por não ficar retida por não terem a oportunidade de as experienciar. Devido ao seu grau de dificuldade na interpretação de informação, a ausência de estímulos relevantes condiciona a aquisição das aprendizagens.

Junto das crianças com multideficiência é importante desenvolver atividades, promover experiências que se aproximem do real, que sejam aprendizagens para o seu dia-a-dia, que lhes garanta uma aprendizagem de ações indispensáveis ao seu futuro, à sua vida, aprendizagens uteis que lhes possibilitem ter autonomia e independência no futuro. Deste modo, os currículos desenvolvidos para estas crianças e jovens devem conter estas mesmas atividades, em contexto real, que lhes permitam a aquisição de informações relevantes, de competências significativas para o seu desenvolvimento (Pereira, 2004).

“Segundo Light (1997), no caso de indivíduos com acentuadas limitações, tal como no caso de qualquer outro indivíduo, a comunicação deveria também servir como forma de:

- *Desenvolver proximidade social;*
- *Trocar informações;*
- *Realizar rotinas de comportamento social”* (Pereira, 2004, p. 38).

Nos programas de educação especial deve dar-se especial atenção e destaque ao desenvolvimento da comunicação, sendo um ponto fulcral da aprendizagem funcional destas crianças, possibilitando-lhes o contato com vários ambientes para que se possam expressar e comunicar. Não existindo comunicação oral ou gestual deve ser trabalhada a comunicação simbólica, imagens, desenhos ou fotografias, para que exista sempre um meio de comunicação pelo qual se sintam capazes de se expressar (Pereira, 2004).

“A capacidade de maximizar oportunidades de comunicação implica que os docentes sejam capazes de seleccionar oportunidades significativas, incluindo-se a identificação de parceiros específicos, bem como a capacidade de detetar quais as melhores formas de comunicação para cada criança/jovem num determinado ambiente” (Pereira, 2004, p.40).

1.3. AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

A arte surge desde muito cedo no quotidiano das crianças, sendo as expressões a forma mais dinâmica de aprendizagem desde a mais tenra idade.

É logo nos primeiros anos de vida que as crianças se começam a expressar, a ser criativas, usando as expressões como forma de comunicação entre os pares e com os

adultos. Devemos nós, adultos, fazer com que esta criatividade não se perca e que as crianças, ao longo dos anos, consigam continuar a expressar-se sem pudores, sem intimidações, sem sentirem que estão a fazer mal, sem terem medo de arriscar, expressar e demonstrar as suas ideias.

Segundo Godinho e Brito (2010)

“O saber ser e o saber fazer são hoje reconhecidos nas esferas académicas e norteiam construções curriculares a todos os níveis, já que em todas as profissões da vida adulta têm vindo a ser fortemente valorizadas as capacidades de comunicação, de expressão, de conhecimento emocional e relacional” (Godinho & Brito, 2010, p.9).

A existência de atividades artísticas nos projetos curriculares das crianças é fundamental para ajudar no seu desenvolvimento, no desenvolvimento das suas capacidades de observar o que as rodeia, da sua capacidade crítica, enriquecendo o seu conhecimento cultural. Embora os meios de comunicação social hoje em dia transmitam muita cultura musical e da arte no geral, cabe à escola alargar esse mesmo conhecimento, e não permitir que as crianças tenham apenas contacto com o que está mais na moda, com o que o mercado pretende “vender”, cabe à escola disponibilizar um leque mais abrangente de conhecimentos culturais e eruditos para a criança (Godinho e Brito, 2010).

Segundo Garcia, J. I. (2011) a educação artística baseia-se numa expressividade própria, reconhecendo-se que a arte é produtora e criadora de um imaginário, de imagens fictícias que são desenvolvidas pela criança. As expressões consideram-se um recurso pedagógico pela possibilidade de desenvolverem variadas competências.

A arte, além de uma forma de adaptação curricular muito enriquecedora para a aprendizagem das crianças, é ainda uma forma de todos se relacionarem e interagirem sem pudores. “A educação da expressão através do jogo é o ponto fulcral” (Ribeiro, 2010, p.4).

Ainda segundo Ribeiro (2010)

“Os jogos dramáticos permitirão que as crianças desenvolvam, progressivamente, as possibilidades expressivas do corpo, unindo a intencionalidade do gesto e/ou palavra, à expressão de um sentimento, ideia ou emoção” (Ribeiro, 2010, p.5).

Os jogos dramáticos são uma forma de expressão não-verbal, que se podem aliar à música e à plástica, desenvolvendo-se atividades enriquecedoras para o desenvolvimento físico e psicológico dos elementos do grupo (Ribeiro, 2010).

A expressão dramática ajuda a desinibir, a explorar a criatividade, o espírito crítico e desenvolver a sensibilidade. Permite que se desenvolvam um conjunto de capacidades individuais, através de uma atividade de criação em grupo. Enquanto jogos de expressão permitem a exploração do corpo, o descobrir de capacidades. O animador ao propor as orientações para a dinamização de atividades de expressão dramática, pode levar os

intervenientes a serem colocados em diversas situações, para que eles explorem as suas emoções, o seu corpo, através do imprevisto (Francas, 2003).

No desenvolvimento das suas capacidades individuais, os intervenientes, ao serem colocados em diversas situações para as explorarem, devem recorrer ao maior número de recursos que o seu corpo lhe pode dar, de modo a que consiga controlá-lo, controlar a respiração, a voz, o corpo, a forma como se expressa num todo. A juntar esta atividade de exploração individual ao envolvimento de um grupo, passa a ser necessária a interação e a relação entre todos, de modo a que se adaptem uns aos outros, levando-os a agir em conjunto, complementando-se (Francas, 2003).

Ainda conforme o mesmo autor, o culminar das atividades de expressão dramática num trabalho de atividade teatral leva a que o grupo recorra também à expressão plástica para juntar ao seu trabalho de expressão corporal adereços e um cenário para a sua apresentação. O culminar numa apresentação teatral leva a que a atividade tenha um propósito, um objetivo final, desenvolvendo a confiança e a capacidade de reagir às situações externas no momento da apresentação. A expressão dramática é assim considerada importante no desenvolvimento do pensamento, da capacidade de raciocínio, da relação social da criança.

O teatro, como arte dramática, assume a dupla função do fazer a realidade e do fazer a ficção. A expressão dramática é como que o início da atividade teatral, desempenhando um papel importante no desenvolvimento da criatividade assim como na promoção de atividades culturais (Bento, 2003).

Como referido anteriormente, a expressão plástica pode aliar-se à expressão dramática na produção de cenários e adereços para a implementação de um projeto final de artes dramáticas, como uma peça de teatro. Assume grande importância a expressão plástica na aquisição de várias competências como o cortar, colar, desenhar, pintar, desenvolver a motricidade fina e recorrer a vários materiais (Garcia, 2011).

Assim como a expressão dramática, a expressão motora assume um papel importante no desenvolvimento de capacidades físicas e no conhecimento do próprio corpo. A expressão físico-motora surge na escola com o principal objetivo de fomentar nas crianças hábitos de vida saudáveis. A expressão motora é então uma atividade em que para além das habilidades físicas se desenvolve também a capacidade de relação e de colaboração entre as crianças, fomentando o espírito de equipa. É também aqui que se pretende que as crianças tenham conhecimento do seu corpo, que adquiram conhecimentos sobre a postura adequada e desenvolvam os seus músculos e articulações. A expressão físico-motora ajuda a desenvolver a força, flexibilidade, coordenação, equilíbrio, resistência e velocidade (Rodrigues, 2010).

Nas artes em geral, o recurso à “repetição é fundamental na aprendizagem artística”. “As experiências vividas deverão ser replicadas sempre que possível, de forma a permitir a reinstalação cerebral anterior e a consolidação de aprendizagens” (Godinho e Brito, 2010, p.13). Nesta repetição para consolidação de aprendizagens, destaca-se um maior resultado quando as mesmas são feitas em parceria com as famílias, a continuação do trabalho em casa, as conversas sobre as atividades, a exploração do que é feito na escola, leva a que as aprendizagens sejam mais sólidas.

Martins (2010) menciona Piaget ao referir que “a expressão livre é essencial ao bem-estar e equilíbrio emocional do indivíduo” (Martins, 2010, p.105), não devendo, nas expressões, orientar demasiado as atividades propostas, de modo a que não se condicione a criatividade da criança.

Godinho e Brito (2010), defendem que no desenvolvimento de atividades de expressões artísticas deverá existir um equilíbrio entre a exploração livre e a atividade orientada, não se considerar as atividades expressivas apenas de exploração mas também de aprendizagem, orientar as atividades para objetivos específicos, para aprendizagens que queira transmitir à criança, e o recuso à atividade artística ser um estimulador da consolidação da aprendizagem:

“experiências que estimulem o desenvolvimento sensorial, a destreza manual e o controlo psicomotor, ao mesmo tempo que estimulem a ligação à vida e a comparação expressiva das formas artísticas a outras realidades do mundo. é nesta comparação à vida, onde se inclui a comparação ao próprio corpo e às emoções, que se desenvolve o imaginário, que se criam e atribuem os significados da criança e que se edificam a compreensão e o conhecimento artístico do adulto” (Godinho e Brito, 2010, p. 15).

Os ateliês de expressões facilitam a socialização e a exploração da criatividade, o desenvolvimento de atividades artísticas, de pinturas, onde ficam demonstradas as memórias que cada criança retém do meio em que se insere (Martins, 2010).

“A dança é a mais comovente de todas as artes. É o teatro do corpo, onde este é o cenário, a acção e o protagonista” (Rodrigues, 2010, p.74). É através de atividades expressivas que se desenvolve a criatividade.

As expressões relacionam-se, misturam-se entre si, não existem umas sem as outras. A expressão musical permite o conhecimento de vários instrumentos, artistas e ritmos musicais. A expressão musical juntando-se à expressão motora ou dramática permite a exploração da música através de movimentos, assim como através de pinturas ou desenhos na expressão plástica, demonstrando desta forma cada criança aquilo que está a sentir com a música que está a ouvir (Godinho e Brito, 2010).

Explorando às expressões os vários domínios e desenvolvendo o imaginário, considera-se próprio do campo artístico o distanciamento de verdades universais, sendo de grande importância no desenvolvimento da criatividade da criança (Garcia, 2011).

Godinho e Brito (2010) apresentam uma trilogia de domínios para a experiência artística, Execução, Criação e Apreciação, defendendo que se devem passar por todas elas para que essa experiência fique completa. A execução diz respeito à aplicação de técnicas para a execução de um dado objetivo, a criação quando é aplicado algo novo a algo já existente, modificando-o, e a apreciação quando se aprecia a arte feita por outros, como no caso das exposições, “é importante que as crianças possam experimentar estes distintos papéis de executante, criador e apreciador, já que na vivência desta tripla experiência artística, diferentes significados e competências serão desenvolvidos” (Godinho & Brito, 2010, p. 11).

1.3.1. AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial explora várias áreas específicas que não são exploradas na educação comum, tendo a educação artística um papel importante ao possibilitar várias interpretações da realidade, de modo a que todos reconheçam as suas diferenças (Garcia, 2011).

“O mundo do fantástico permite-nos passar do mundo das coisas “como são” ao mundo das coisas “como se fossem” (Zabalza, 1992 p.179). Ainda segundo Zabalza (1992) devemos oferecer às crianças variadas oportunidades para que estas se expressem, manifestem e tornem conscientes as suas vivências fantásticas. “As diferentes experiências e atividades didáticas deverão proporcionar à criança espaços de encontro consigo mesma” (Zabalza, 1992 p.180).

A arte por si só é inclusiva, desde o momento de criação ao momento de partilha, o grupo está em constante contato e em harmonia. É propósito da educação artística a inclusão dos alunos com NEE.

Para realçar o papel da arte na inclusão, é fundamental que se criem atividades grupais, momentos de criatividade e partilha, momentos de criação artística que incluam todos, que façam o grupo agir como um só. Segundo Vayer e Roncin (1992 p.131) “as crianças cuidam das que são diferentes”, independentemente do contexto, mesmo que os comportamentos nem sempre sejam positivos, na maioria dos casos consegue-se que as crianças com necessidades educativas especiais sejam integradas no meio das restantes crianças.

Sendo as expressões a forma mais acessível de chegar a todos de forma igual, usar uma linguagem em que nenhum se sinta inferiorizado, usar os pontos fortes dos mais “fracos” para os realçar, os motivar e os estimular para a interação com todo o grupo, as escolas, os gestores escolares, tem de começar a apostar mais no ensino das expressões, na utilização das expressões artísticas nos seus contextos, para que as crianças incluídas na educação especial possam ter acesso a uma diversidade de aprendizagens através de estratégias que as possam motivar e estimular de forma criativa.

Através de atividades desenvolvidas pelos utentes, a educação artística promove diferentes formas de comunicação, de pensamento, sentimentos e emoções, permitindo a observação e compreensão através de registos sensoriais. Garcia (2011) diz-nos que os docentes verificam que a educação artística permite, nos alunos com NEE:

- desenvolver a expressão em geral e a comunicação;
- melhorar a psicomotricidade;
- aprender a utilizar materiais e ferramentas;
- desenvolver hábitos de organização, limpeza, cuidado e conservação do material;
- desenvolver a criatividade;
- aprender a valorizar-se a si a aos seus trabalhos e aos trabalhos desenvolvidos pelos seus colegas;
- desenvolver capacidades sociais.

Os mesmos autores indicam ainda que os docentes valorizam a educação artística na educação especial porque:

- os alunos com NEE aprendem com as tarefas que fazem;
- contribui para a expressão emotiva;
- é uma ferramenta para a aprendizagem de um ofício;
- são atividades em que mostram satisfação;
- é importante na socialização e na integração social;
- é uma área que as crianças gostam.

Segundo Rodrigues (2012) as crianças têm de estar inseridas nas salas para desenvolverem competências comunicativas, como falar, expressar e interpretar, e para desenvolverem competências sociais, como trabalhar em equipa, dialogar e resolver conflitos. Logo, em vez de se separarem as crianças das salas, dos grupos, devem criar-se estratégias para que estas estejam inseridas no grupo.

As artes, as expressões, são a forma mais poderosa de inclusão no grupo, pois as expressões não exigem conversas, não exigem percepções verbais, é muitas vezes de forma não-verbal que as crianças comunicam entre si e se expressam.

Desde sempre houve a necessidade de recorrer a diversos meios de comunicação, a criação de ateliês, em particular ateliês de pintura, devem manter um caráter de liberdade de

expressão, não condicionando a criatividade da criança a orientações muito específicas. É importante que a criança se expresse livremente (Martins, 2010).

A pintura livre facilita a forma de comunicação, a transmissão de afetos, o desenvolvimento de uma concentração que o permite desenvolver uma perceção de si e do que o rodeia.

Tal como qualquer outra criança, a criança com NEE consegue através da pintura exprimir a imagem que tem de si e do que a rodeia, transmitir através da pintura as aprendizagens retidas, as informações que pretende exprimir. Através da pintura, através deste meio de comunicação, a criança desenvolve uma maior confiança.

Martins (2010), mencionando Lima e Chaves (2000), diz-nos que, a criança, quando aprende a dominar um instrumento “há um sentimento de magia que parece dominá-la, a criança exerce então um novo poder e pinta formas que a surpreendem” (Martins, 2010, p.117).

Segundo Garcia, (2011), verificamos que os docentes consideram que o próprio corpo da criança é um recurso nas experiências de aprendizagem na área artística. É importante que tanto da educação especial como na área artística, que exista relação entre as atividades e os recursos materiais, que se faça uma utilização adequada às capacidades de cada aluno. São os recursos materiais que permitem uma variedade nos trabalhos realizados.

A expressão artística é conhecida como uma área importante para a integração social, pois permite trabalhar a socialização e a expressividades, aceitando a diferença. É uma área de estimulação.

É através do jogo que se consegue o desenvolvimento de várias capacidades motoras e sensoriais, o conhecimento do próprio corpo, do meio social e do relacionamento. Considera-se assim a expressão artística como um recurso pedagógico (Garcia, 2011).

A expressão, como algo que está inteiramente ligado ao individuo, assume uma componente de comunicação, sendo muitas vezes a única possível.

PARTE 2 – ESTUDO DE CASO/INVESTIGAÇÃO

2.1. MÉTODO

2.1.1. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Asti Vera (1979), citado por Dalfovo, Lana e Silveira (2008) defende que só existe motivo para uma pesquisa, para um estudo, se existir um problema.

Andre-Egg (1978), citado ainda pelos mesmos autores, fala-nos numa pesquisa associada ao conhecimento, pesquisa esta que classificou como sendo um procedimento. Neste procedimento dava-se destaque às informações e novos dados sem nenhum tipo de conhecimento específico.

O 1.º ciclo do Ensino Básico, em continuação do pré-escolar, continua a desenvolver muitas atividades culturais e artísticas, atividades que mesmo sem a intervenção do Animador Sociocultural acabam por ser desenvolvidas no ambiente escolar. Com a transição para o 2.º ciclo de Ensino Básico muitas são as mudanças, muitos são os hábitos que se alteram, as rotinas mudam e as prioridades alteram-se.

Os alunos com NEE, embora ao passarem para o 2.º ciclo do Ensino Básico, na maioria dos casos, continuarem a integrar a turma que trazem do 1.º ciclo do Ensino Básico, sofrem tantas alterações no dia-a-dia como os restantes alunos, e é importante perceber o que é feito nesse sentido, se a inclusão continua, se existe uma continuidade nas atividades que existiam anteriormente.

A comparação com o 1.º e o 2.º ciclo do Ensino Básico, a passagem, a mudança de hábitos, a inclusão dos alunos com NEE é importante que exista anteriormente e que continue a existir.

O interesse pelas atividades desenvolvidas no 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, a importância que é dada, ou não, à componente cultural e social, à inclusão dos alunos com NEE, leva ao desenvolvimento deste estudo de caso, pretendendo-se com o mesmo saber, tendo por base um agrupamento de escolas, as atividades existentes neste mesmo agrupamento, assim como aquilo que podia ser melhorado. Deste modo, têm-se como objetivos os seguintes:

- Saber o que a comunidade educativa conhece sobre o papel do Animador Sociocultural;
- Conhecer as funções assumidas pelo Animador Sociocultural, ou técnico que o substitua, na comunidade educativa em estudo;

- Identificar o que a comunidade educativa conhece sobre o papel do Animador Sociocultural junto dos alunos com NEE;
- Conhecer a importância dada pela comunidade educativa à inclusão dos alunos com NEE;
- Conhecer a importância dada pela comunidade educativa às atividades de expressões artísticas com os alunos com NEE;
- Saber se a comunidade educativa considera vantajosa a colaboração do Animador Sociocultural na inclusão dos alunos com NEE.

2.1.2. FUNDAMENTAÇÃO DO MÉTODO

Para a elaboração desta dissertação foi escolhido o método qualitativo e a entrevista como instrumento para recolha de dados junto da comunidade educativa.

Ao contrário do método quantitativo, o método qualitativo não utiliza um instrumento estatístico para analisar os dados, não mede nem numera categorias.

O método qualitativo trabalha os dados qualitativos, ou seja, aqueles que não são expressos em números ou quantidades.

Segundo Casel & Symon (1994), mencionados por Dfovo, Lana e Silveira (2008), são indicadas um conjunto de características do método qualitativo, sendo elas:

- A interpretação que os participantes têm sob o objeto em estudo;
- Sendo o importante a perspetiva do participante, dá-se destaque à subjectividade;
- Ter flexibilidade na condução da pesquisa, visto que são estudadas situações complexas;
- Organizar o processo de forma a entender a opinião do participante e não pensando só num objetivo pré-determinado;
- Ter uma preocupação com o contexto no qual se faz a análise;
- Admite-se que o pesquisador possa exercer alguma influência no processo, e também é por ele influenciado.

Dalfovo, Lana e Silveira (2008) referem Ramos, Ramos e Busnello (2005) pela forma como estes autores classificam uma pesquisa: quanto à natureza, básica ou aplicada; e quanto à abordagem do problema, quantitativa ou qualitativa. Uma pesquisa básica, segundo os autores, é aquela em que se adquirem novos conhecimentos para a ciência, enquanto uma pesquisa aplicada é aquela em que se adquirem novos conhecimentos para a prática. Na abordagem quantitativa utilizamos as técnicas estatísticas, tudo aquilo que

pode ser traduzido em números, enquanto na abordagem qualitativa podemos chegar a várias interpretações, não se podendo traduzir os resultados em números.

Seguindo as diretrizes de Boente e Braga (2004), citados por Dalfovo, Lana e Silveira (2008), esta pesquisa será, em relação aos objetivos, de caráter exploratório, visto que se desenvolve uma investigação em torno de um objeto de estudo com poucas informações. Tendo em conta os procedimentos de recolha de informação trata-se de um estudo de caso, centrando-se num aspeto, num público específico. No que diz respeito às fontes de informação abrange dois parâmetros, o social por se usar o grupo social, comunidade educativa, para identificar aspetos importantes do objeto de estudo, assim como a recolha de informação qualitativa, tendo por base a utilização de entrevistas.

O método qualitativo, segundo Richardson (1989), citado por Dalfovo, Lana e Silveira (2008), não usa um instrumento estatístico, deste modo não numera categorias. Tendo ainda por base os mesmos autores, podemos afirmar que os estudos de campo qualitativos não têm um teor preciso em nenhuma área, baseiam-se nas informações dadas pelos participantes, na sua perspetiva.

Cassel e Symon (1994, p.127-129), citados por Dalfovo, Lana e Silveira (2008), apresentam um conjunto de características da pesquisa qualitativa, sendo elas:

- Um foco na interpretação ao invés de na qualificação;
- Ênfase na subjetividade ao invés de na objetividade;
- Flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa;
- Orientação para o processo e não para o resultado;
- Preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência;
- Reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação da pesquisa.

Morgado (2012) apresenta-nos as técnicas e instrumentos de recolha de dados, sendo eles o inquérito, a análise documental e a observação. O inquérito pode ser por questionário, com perguntas abertas ou fechadas, ou ambas, e pode ser por entrevistas. Estas entrevistas podem ser estruturas, não estruturadas, em profundidade, semiestruturada e ainda entrevistas em grupo.

O teor desta investigação tem por base um estudo de caso que, segundo André (2005) referido por Deus, Cunha e Maciel (s/d), surge na área da educação por volta das décadas de 60 e 70 com o objetivo de estudar factos específicos, como uma escola, um professor ou um determinado acontecimento dentro da referida área.

Skate (1994), referido pelos autores a cima indicados, diz-nos que o estudo de caso não é considerado um método de pesquisa específico, mas sim uma forma de investigar,

estudar, um caso específico. Dá-nos mais informações sobre um objeto específico mas, informações essas, que não podem ser generalizadas.

Deus, Cunha e Maciel (s/d) apresentam-nos a perspetiva de André (2005) relativamente à forma como considera que se pode dividir um estudo de caso, considerando que o mesmo se divide em estudo etnográfico, avaliativo, educacional e da acção. Um estudo etnográfico na medida em que se pode fazer um estudo com grande profundidade estando presente com o entrevistado e fazendo uma observação participante. Um estudo avaliativo na medida em que pretende avaliar situações, gerar informação a ser utilizada pelos profissionais na sua intervenção nas instituições. Um estudo educacional na medida em que pretende ter um conhecimento mais aprofundado sobre a ação educativa. Um estudo da ação onde se pretende dar um contributo para a investigação através do feedback dos entrevistados.

Skate (1999), referido por Meirinhos e Osório (2010), apresenta uma diferente forma de dividir um estudo de caso, forma essa dividida em três áreas de distinção entre explicação e compreensão, função pessoal e impessoal do investigador e conhecimento descoberto e construído. Estas distinções baseiam-se ainda na distinção de uma investigação quantitativa ou qualitativa. Na distinção entre explicação e compreensão temos a relação de análise quantitativa que se baseia numa ideia base de causa-efeito, enquanto na análise qualitativa existe um maior aprofundamento do tema, uma maior explicação. A análise quantitativa limita-se a uma relação impessoal, baseando-se numa análise de dados recolhidos, enquanto a análise qualitativa deve aprofundar as questões, não deixando espaço para interpretações, dando o investigador a sua análise interpretativa apenas na análise dos dados. A investigação quantitativa procura a lógica da descoberta, enquanto a análise qualitativa pretende desenvolver um conhecimento construído, ter acesso a uma informação concreta sobre um conhecimento construído e específico do tema.

A entrevista estruturada segue um guião pré-concebido, recorrendo maioritariamente a respostas fechadas. A entrevista não estruturada é um processo mais dinâmico e flexível, o investigador pede para se falar sobre a temática intervindo para aprofundar os assuntos. A entrevista em profundidade trata-se de uma entrevista não direta e aberta, o entrevistado tem liberdade para falar e o investigador apenas estimula o mesmo em profundidade. A entrevista semiestruturada consiste em ter-se alguma perguntas guias para orientar a entrevista, dando liberdade ao entrevistado de se expressar sobre a temática.

Pretende-se desta forma elaborar um guião de entrevista semiestruturado, para, junto de toda a comunidade educativa, ser recolhida a informação necessária para a análise de dados pretendidos nesta investigação.

Posteriormente, na análise de dados, será seguido o modelo de Miles e Huberman (1985). Segundo os autores referidos, a análise dos dados deve passar pelos seguintes pontos:

- Redução inicial dos dados;
- Elaboração de categorias temáticas prévias;
- Elaboração de guião prévio de entrevista;
- Realização de uma entrevista exploratória prévia;
- Elaboração do guião de entrevista definitiva;
- Realização das entrevistas;
- Transcrição textual das entrevistas;
- Elaboração de matrizes.

Seguindo este modelo, foram organizados os dados que se pretendiam recolher com as entrevistas, e assim elaborado um quadro dividido em categorias, categorias essas explicitas mais à frente.

Recorrendo a um encarregado de educação e a um docente, foi realizada uma entrevista exploratória, com base num guião prévio, reestruturado seguidamente com base nas dificuldades sentidas em responder a algumas questões que não estariam totalmente explicitas.

Após a elaboração do guião definitivo (Anexo 1) começaram a realizar-se as entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas. Esta transcrição ficou dividida por categorias para que se tornasse mais perceptível para a análise de conteúdos.

A análise de conteúdos foi feita por questões, em algumas delas recorrendo a tabelas comparativas, entre as opiniões de docentes e encarregados de educação.

Visto que as entrevistas aos alunos seguirão um guião diferente (Anexo 2) esta análise também foi feita separadamente, comparando as respostas entres os elementos entrevistados.

2.1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Vários autores atribuem à população parte da pesquisa, sendo o individuo uma peça do estudo. A amostra faz também parte desta população, acabando por ser uma pequena parte da população base de pesquisa. Dalfovo, Lana e Silveira (2008).

Situado na Região do Alentejo, sub-região do Alentejo Central, o Agrupamento de Escolas em estudo faz parte de um Município com perto de 15000 habitantes, e uma área de mais de 500 km², subdividido em nove freguesias, oito das quais são freguesias rurais.

O agrupamento é constituído por uma escola sede, duas escolas de ensino básico, sete escolas integradas do ensino básico com o pré-escolar e um jardim-de-infância, com um

total de cerca de 1000 alunos, distribuídos por pré-escolas, 1.º, 2.º e 3.º ciclo. O 2.º e 3.º ciclo funcionam na escola sede do Agrupamento.

No Agrupamento de Escolas em estudo existem, há cerca de 10 anos, duas salas de multideficiência, que funcionam, cada uma delas, com grupos de crianças tendo em conta o seu grau de deficiência, uma sala para os mais ligeiros, outra para os casos mais profundos.

Todos os anos é desenvolvido um Plano Anual de Atividades com o intuito de melhorar o ensino e a aprendizagem, diminuir o risco de abandono escolar e de indisciplina, projetos que são desenvolvidos ao longo do ano para enriquecer as aprendizagens dos alunos.

Para a elaboração do Plano Anual de Atividades de 2016/2017 conta-se com a colaboração dos vários departamentos do Agrupamento de Escolas: Educação Pré-escolar, 1.º ciclo, Línguas, Ciências Sociais e Humanas, Matemática e Ciências Experimentais e Expressões.

De acordo com o Plano Anual de Atividades de 2016/2017, consultado no Agrupamento de Escolas, no departamento de Educação Pré-escolar são desenvolvidas atividades de descoberta, de exploração, atividades em sala e no exterior, com visitas a locais de interesse, que envolvem crianças, equipa e família.

No departamento de 1.º ciclo de Ensino Básico são desenvolvidas atividades de leitura, atividades de ciências experimentais, atividades de educação para a saúde e cidadania, ecológicas. Incentivo de práticas pedagógicas contra a indisciplina e insucesso escolar.

Pelo departamento de Línguas são dinamizadas atividades em datas comemorativas: Halloween, Dia de São Valentim, Semana das Línguas com concursos e exposição de trabalhos.

O departamento de Ciências Sociais e Humanas organiza exposições de trabalhos, atividades educativas dos temas do departamento, concursos literários e projetos de educação para a cidadania.

Pelo departamento de Matemática e Ciências Experimentais são desenvolvidos campeonatos de cálculo e jogos de estratégia, workshops, experiências de observação noturna, atividades laboratoriais, comemoração do Dia Mundial da Alimentação e ainda um clube de ciências que apela ao recurso aos materiais recicláveis.

No departamento de Expressões são desenvolvidos projetos de arte, visitas a locais de interesse, atividades musicais e atividades de sensibilização à deficiência.

Além dos projetos desenvolvidos por cada departamento, existe ainda um conjunto de projetos no Agrupamento de Escolas que fazem ligação entre todos os departamentos:

- Biblioteca Escolar:
 - A Biblioteca Escolar vai à escola;
 - Encontros com escritores/ilustradores/contadores de histórias;
 - Serão Cultural;

- Desfile Literário;
- Visitas à Biblioteca Escolar;
- Formação de utilizadores;
- Feira do Livro;
- Concurso Literário de prosa e poesia;
- Jornal Escolar;
- Programa de Rádio;
- Contos, lendas e lengalengas com ciência na Biblioteca Escolar.
- Desporto Escolar:
 - Formação de juízes/árbitros;
 - Corta-mato escolar;
 - Torneio de Basquetebol;
 - Mega Equipa;
 - Torneio de Voleibol;
 - Torneio de Badminton;
 - Torneio de Futsal;
 - Torneio de jogos pré-desportivos;
 - Torneio de Hóquei em Patins /Mini Hóquei;
 - “Férias Desportivas” (organização de um acampamento);
 - Núcleos de desporto escolar.
- Projeto para a Saúde e Educação Sexual:
 - Comemoração do Dia Mundial da Alimentação;
 - Prevenção de consumos;
 - Projeto “+ contigo”;
 - Educação sexual;
 - Comemoração do Dia Mundial da Luta contra a SIDA;
 - Mês dos Afetos;
 - Projeto “Lancheiras Saudáveis”;
 - Saúde e Saúde Mental.
- Natal:
 - Decoração do espaço;
 - Organização de exposições;
 - Concertos natalícios.
- Carnaval:
 - Decoração do espaço;
 - Exposição de máscaras;
 - Desfile de carnaval do Agrupamento.

- Festa Final de Ano do Agrupamento:
 - Organização de exposição de trabalhos dos alunos;
 - Realização da Festa Final de Ano do Agrupamento.

2.1.4. PARTICIPANTES

Para a elaboração deste estudo de caso foi selecionada uma amostra por conveniência, pela proximidade ao agrupamento, docentes e pais. Selecionaram-se assim dois professores de 1.º ciclo de Ensino Básico, dois professores de 2.º ciclo de Ensino Básico, dois pais de alunos de 1.º ciclo do Ensino Básico (um sem e um com NEE), dois pais de alunos de 2.º ciclo do Ensino Básico (um sem e um com NEE), o diretor do agrupamento e o coordenador de educação especial e três alunos de 2.º ciclo de Ensino Básico.

Caracterização da amostra

Função	Idade	Habilitações
Diretor do agrupamento	50 anos	Licenciatura em 2.º ciclo, variante Matemática e Ciência
Coordenador de educação especial	57 anos	Professor de EVT, Especialização em Educação Especial
Docente de 1.º ciclo (Docente 1)	43 anos	Licenciatura em 1.º ciclo
Docente de 1.º ciclo (Docente 2)	49 anos	Licenciatura em 1.º ciclo
Docente de 2.º ciclo (Docente 3)	47 anos	Licenciatura em 2.º ciclo, variante Português e Inglês
Docente de 2.º ciclo (Docente 4)	47 anos	Licenciatura em 2.º ciclo, variante Matemática e Ciências
Encarregado de educação de 1.º ciclo (E. Edu. 1)	34 anos	12.º ano de escolaridade
Encarregado de educação de 1.º ciclo (E. Educ. 2)	37 anos	12.º ano de escolaridade
Encarregado de educação de 2.º ciclo (E. Educ. 3)	47 anos	6.º ano de escolaridade
Encarregado de educação de 2.º ciclo (E. Educ. 4)	41 anos	12.º ano de escolaridade
Aluno de 2.º ciclo (1)	10 anos	A frequentar 5.º ano
Aluno de 2.º ciclo (2)	11 anos	A frequentar 6.º ano

Aluno de 2.º ciclo (3)	12 anos	A frequentar 6.º ano
------------------------	---------	----------------------

Quadro 1. Caracterização da amostra

Caracterização dos docentes

Função	Anos de Serviço
Diretor do agrupamento	20 anos
Coordenador de educação especial	57 anos
Docente de 1.º ciclo (1)	43 anos
Docente de 1.º ciclo (2)	49 anos
Docente de 2.º ciclo (3)	47 anos
Docente de 2.º ciclo (4)	47 anos

Quadro 2. Caracterização dos docentes

Caracterização encarregados de educação e seus educandos

Função	Educando
Encarregado de educação de 1.º ciclo (1)	Criança com NEE
Encarregado de educação de 1.º ciclo (2)	Criança sem NEE
Encarregado de educação de 2.º ciclo (3)	Criança com NEE
Encarregado de educação de 2.º ciclo (4)	Criança sem NEE

Quadro 3. Caracterização encarregados de educação e seus educandos

2.1.5. INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Para o desenvolvimento deste estudo de caso foi elaborada, como instrumento de investigação, uma entrevista semiestruturada, onde se pretendia abordar:

- Papel do elemento entrevistado na Comunidade Educativa (pais, professor, outro profissional/interveniente);
- Papel do Animador Sociocultural na Comunidade Educativa (o que entendem/conhecem sobre esta situação);
- Papel do Animador Sociocultural na Educação Inclusiva (a importância dada a este fator);
- Importância das Expressões Artísticas na Educação Especial (a importância dada a este fator);
- Melhorias para os projetos de Educação Especial e inclusão da criança com NEE.

A entrevista organiza-se em seis partes, a primeira de caracterização dos entrevistados, seguindo-se as cinco categorias a baixo indicadas:

Categoria I – Animação Sociocultural

Categoria II – Animação Sociocultural na Educação Especial

Categoria III – Expressões Artísticas na Educação Especial

Categoria IV – Relação entre Encarregados de Educação e Escola

Categoria V – Boas Práticas

Na categoria I pretendeu-se conhecer aquilo que cada entrevistado entende pelo papel do Animador Sociocultural, o que conhecem das suas funções. Pretende-se ainda saber se existe ou não Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas em estudo, ou se existe algum profissional que o substitua no desempenho das suas funções.

Na categoria II pretendeu-se conhecer as funções do técnico de ASC, ou técnico que o substitua, com os alunos com NEE, saber o tipo de atividades que existem e como é feita a inclusão destas crianças.

Na categoria III explorou-se o tema das expressões artísticas, a importância que consideram que lhes deve ser atribuída na Educação Especial, assim como as vantagens consideradas no uso das mesmas junto destes alunos.

Na categoria IV tentou perceber-se se existe um contacto frequente entre a escola e os Encarregados de Educação, se estes questionam e se se interessam pelas atividades não letivas associadas ao meio escolar dos filhos, tanto nos alunos com NEE como de todos os outros.

Na última categoria, na categoria V, foi questionado a todos os elementos entrevistados o que poderia ser melhorado nos programas de Educação Especial, o que poderia ser melhorado na inclusão das crianças com NEE, o que ainda pode ser feito neste sentido.

As perguntas usadas por base para as entrevistas semiestruturadas encontram-se em anexo. (Anexo 1)

Para a realização deste estudo de caso foi necessário, em primeiro lugar, entrar em contacto com o Diretor do Agrupamento para deste modo iniciar o estudo e obter autorização para entrevistar todos os visados.

O contacto inicial para a realização de entrevistas foi feito por e-mail, para o diretor do agrupamento. Não tendo nenhuma resposta foi feito contacto telefónico, após o qual foi realizada a entrevista ao Diretor.

Junto do Diretor do Agrupamento de Escolas em estudo foi pedida autorização para entrevistar os restantes elementos da comunidade educativa que se consideraram para o desenrolar do estudo, informando que as mesmas entrevistas seriam anónimas, ficando o mesmo autorizado nesta primeira entrevista.

Logo após a entrevista com o Diretor do Agrupamento foi realizada a entrevista ao Coordenador de Educação Especial.

Surgidas algumas dificuldades na gravação das entrevistas anteriormente indicadas, foi necessário repetir as mesmas. Deste modo foi necessário marcar um novo encontro com estes professores e assim, com a sua inteira disponibilidade, embora com uma grande dificuldade na marcação de horários disponíveis, conseguir concluir a recolha de informações por eles dada.

Nesta segunda entrevista ao Diretor e ao Coordenador de Educação Especial, ao recuperar informações que se tinha perdido por falhas na gravação, verificou-se que ficaram mais enriquecidas pela apresentação de mais informações e mais esclarecimentos.

Em relação aos encarregados de educação e aos docentes de 1.º e 2.º ciclo de Ensino Básico, o contacto foi feito por telefone ou pessoalmente, mostrando todos, desde logo, uma grande disponibilidade para colaborar, uns com mais disponibilidade que outros, mas a longo prazo foi-se conseguindo marcar horário para entrevista com todos.

As entrevistas com maior duração foram as entrevistas feitas aos professores, já que pelos anos de experiência, pelas experiências que tem vivido ao longo dos anos, tinham mais para dar à investigação, mais para falar, mais para expor sobre a temática.

Com os encarregados de educação, alguns com mais dificuldade ao explorar a temática por falta de informação, as entrevistas foram de duração mais curta.

No geral, as entrevistas variaram entre 30 minutos a cerca de 1 hora, onde se fizeram desabafos e se trocaram conhecimentos, entrevistas estas, todas elas, de grande relevo para a exploração da temática.

Com o decorrer das entrevistas, e com a necessidade de saber se realmente algumas das atividades mencionadas tem real impacto nos alunos, foi decidido realizar pequenas entrevistas a três alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico, alunos estes que frequentam a escola sede do Agrupamento em estudo, onde se encontram as duas salas de multideficiência.

Visto ter surgido o interesse e a oportunidade para entrevistar crianças do Agrupamento, do 2.º ciclo do Ensino Básico, a fim de conhecer o entendimento destas sobre a temática em estudo, recorreu-se também a uma primeira parte de caracterização do entrevistado, seguido das seguintes perguntas:

- Sabes o que é um Animador Sociocultural? O que faz este profissional?
- Conheces algum Animador Sociocultural na tua escola?
- Em que momentos tens contato com crianças com NEE?
- Existem atividades em que todos participem?

Estas últimas entrevistas tiveram uma duração mais curta, tendo em conta que se tratavam de entrevistas mais reduzidas e apenas para perceber o que estas crianças tem a dizer sobre esta temática, sendo elas os principais actores do problema. Para a realização destas entrevistas foi pedida também uma autorização aos pais das crianças em causa.

Todas as autorizações foram solicitadas verbalmente. Tendo em conta que existia proximidade com todos os entrevistados nenhum solicitou o pedido formal por escrito. Contudo foram entregues os Pedidos de Consentimento Informado, encontrando-se o modelo dos mesmos em anexo. (Anexo 3)

Uma vez realizadas e gravadas todas as entrevistas foi feita a sua transcrição e posteriormente foram submetidos a análise de conteúdos.

2.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste ponto serão apresentados todos os resultados recolhidos ao longo das entrevistas feitas ao Diretor do Agrupamento de Escolas, ao Coordenador de Educação Especial, aos Docentes de 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, aos Encarregados de Educação de alunos com e sem NEE de 1.º e 2.º ciclo de Ensino Básico, e Alunos.

Tratando-se de um estudo de caso e de uma investigação com base em entrevistas, não havendo dados estatísticos a apresentar, serão apresentados alguns quadros de definições dadas pelos entrevistados, visando sempre a comparação entre as respostas do Diretor do Agrupamento e do Coordenador de Educação Especial, as respostas dos

Docentes e Encarregados de Educação do 1.º ciclo do Ensino Básico e dos Docentes e Encarregados de Educação do 2.º ciclo do Ensino Básico.

No final da apresentação dos dados referentes às entrevistas a docentes e encarregados de educação serão então apresentados os dados recolhidos nas pequenas entrevistas feitas aos alunos de 2.º ciclo do Ensino Básico.

2.2.1. CATEGORIA I – ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Neste ponto serão apresentados os dados recolhidos na Categoria I da entrevista, apresentando excertos de algumas respostas dos entrevistados sempre que necessário para a clarificação dos resultados obtidos, assim como a apresentação de tabelas de comparação daquelas que são consideradas as funções do Animador Sociocultural, inicialmente pelo Diretor do Agrupamento de Escolas e Coordenador de EE, seguidamente pelos docentes dos dois níveis de ensino investigados neste estudo.

A entrevista inicia-se com o pedido de um conceito geral, pretende-se logo de início saber se os entrevistados sabem em que consistem as funções do Animador Sociocultural.

O Animador Sociocultural para o Diretor do Agrupamento de Escolas e para o Coordenador de Educação Especial

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
“O Animador Sociocultural é uma pessoa que trabalha no intuito de fazer a ligação e a ponte em determinados assuntos e em determinados momentos, pode ser uma pessoa que no espaço dos intervalos quebre situações de maiores conflitos que possam existir entre os alunos, criando assim espaços de convivência e boa disposição.”	“É um técnico todo o terreno, que poderá, deverá trabalhar em todas as frentes. Penso que é uma figura que tem todo o sentido existir nas escolas.”

Quadro 4. O Animador Sociocultural para o Diretor do Agrupamento de Escolas e para o Coordenador de Educação Especial

O Animador Sociocultural para o 1.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação

Docentes de 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 1.º ciclo de Ensino Básico
<p>“O Animador Sociocultural é um técnico superior que pode trabalhar com a população estudantil e a população sénior” (Docente 1)</p> <p>“Tem a função de dinamizar e animar, tal como o próprio nome indica, no pré-escolar ou 1.º ciclo, anima as crianças que estão na escola” (Docente 2)</p>	<p>“É um técnico que fará atividades enquadradas com a idade, a sociedade, o espaço em que se enquadra” (E. Educ. 1)</p> <p>“Um Animador Sociocultural é aquele que estimula, neste caso estamos a falar de crianças, estimula a criança, ou seja, participa no desenvolvimento e na inclusão da mesma, neste caso na escola, junto dos de mais colegas” (E. Educ. 2)</p>

Quadro 5. O Animador Sociocultural para o 1.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação

O Animador Sociocultural para o 2.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação

Docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“É uma pessoa que deve “entretê-los”, isto é, conseguir levar determinadas faixas etárias a participar em atividades, transmitir conhecimentos, mas de uma maneira lúdica. “Educá-los” de uma maneira lúdica, essencialmente lúdica, porque eles precisam muito do lúdico, que crianças com NEE quer crianças sem NEE.” (Docente 3)</p> <p>“O Animador Sociocultural tem como função uma parte que é entretenimento, mas ele por vezes recebe alunos que até são indicados por nós professores, onde vai tentar integrá-los, vai desenvolver atividades com eles, de forma a integrá-los melhor na comunidade escolar. Ele também tem como função desenvolver atividades lúdicas, ao mesmo tempo educativas, dentro da escola.” (Docente 4)</p>	<p>“Na minha opinião o Animador Sociocultural serve para o entretê-los, fazer trabalhos, estar com eles, essencialmente entretê-los com várias atividades” (E. Educ. 3)</p> <p>“Anima as crianças com projetos e brincadeiras onde elas aprendam alguma coisa” (E. Educ. 4)</p>

Quadro 6. O Animador Sociocultural para o 2.º ciclo do Ensino Básico, Professores e Encarregados de Educação

No que diz respeito à existência de um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas em estudo as respostas baseiam-se muito na incerteza. É informado logo ao início, tanto pelo Diretor como pelo Coordenador de Educação Especial que, neste momento, não

existe nenhum Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas, já existiu, mas neste momento, por cortes financeiros e no estabelecer de prioridades, não existe.

À exceção destes dois técnicos, apenas um Professor de 2.º ciclo e um Encarregado de Educação de 1.º ciclo conseguiram afirmar com toda a certeza que tinham conhecimento que não existia nenhum Animador Sociocultural no Agrupamento, os restantes entrevistados mencionaram respostas como:

“Se existe não tenho conhecimento, mas penso que não existe” (Docente 2)

O Diretor do Agrupamento de Escolas em estudo afirma ainda que:

“seria importante existir um Animador Sociocultural, pois assim possivelmente situações que ocorrem de conflitos entre os alunos nos intervalos poderiam não acontecer, e iriam ver o intervalo como um espaço mais lúdico para fazer determinadas coisas”.

Assim como não existe Animador Sociocultural no Agrupamento em estudo também não existe nenhum técnico que o substitua nas suas funções, embora um dos docentes de 2.º ciclo do Ensino Básico entrevistado atribua a alguns técnicos essas funções:

“Animador não, há uma assistente social, uma psicóloga e um mediador de etnia cigana, e ao mesmo tempo eles têm essa função, tem essa função de apoio e entretenimento. Eles recebem alunos que à partida nós sabemos que eles não estão tão bem integrados na comunidade escolar e lhe vão dar atividades, e fazem atividades com eles, e ao mesmo tempo recebem todos.” (Docente 4)

Relativamente à existência de atividades de carácter Social, Educativo, Cultural e Artístico, os quatro eixos da Animação Sociocultural, o Diretor, Coordenador de EE e docentes, tanto do 1.º como do 2.º ciclo do Ensino Básico, referem a existência de atividades promovidas nesse sentido pelos vários departamentos do Agrupamento, atividades essas que fazem parte do Plano Anual de Atividades do mesmo.

“Há professores que fazem atividades de dinamização, nomeadamente a professora bibliotecária que faz atividades mensais nas escolas para estimular a leitura, e sessões de leitura, encontros com autores.” (Docente 2)

As opiniões nesta parte também são diversas.

“Na minha escola eu trabalho em articulação, mas com a animadora do ATL, o que é uma mais-valia. Os meninos saem da escola e vão para o ATL, e nós de há 3 anos a esta parte fazemos o intercâmbio mesmo nas nossas atividades, mesmo nas festas escolares, há sempre atividades em conjunto que nós fazemos e acaba por ser outro recurso que a escola tem, mas como parceiro. É um complemento. Mas é outra entidade externa que financia e por isso é que nós temos.” (Docente 1)

“Houveram dois dias de atividades, cada departamento preparou uma atividade. Lembro-me que na sala de ensino especial havia um jogo dos sentidos, e as psicólogas e assistente social também tinham no pátio um jogo, o jogo da Glória com perguntas. Isto no final do 2.º período. Não havia aulas, nós pegávamos nas turmas que tínhamos naquela hora e íamos, consoante uma calendarização previamente definida, circular por todas as coisas.” (Docente 3).

2.2.2. CATEGORIA II – ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nesta categoria serão apresentados os dados relativos à Animação Sociocultural juntos dos alunos com NEE, começando por se apresentar quadros de descrição da importância dada por cada entrevistado ao papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE.

Na inexistência de um Animador Sociocultural no Agrupamento, as respostas foram dadas consoante aquilo que cada um pensa que deveria ser o papel deste técnico na referida área.

Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Diretor e Coordenador de EE

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
“o papel atribuído junto dos alunos com NEE para mim é igual ao papel atribuído entre os outros, é a questão da ligação, da questão de criar atividades que possam ligar todos, as diferentes culturas, sejam eles NEE, sejam eles alunos oriundos de outros países, é um papel de inclusão.”	“A experiência que tenho do Animador Sociocultural aqui foi para todos, não foi específico para determinado sector, foi um Animador para todos, animava espaços onde estariam alunos com NEE, não trabalhava diretamente com alunos só com NEE, o trabalho dele deve ser feito para todos, a Animação Sociocultural é até muito importante em termos de integração.”

Quadro 7. Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Diretor e Coordenador de EE

Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 1.º ciclo do Ensino Básico

Docentes do 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação do 1.º ciclo de Ensino Básico
“Para mim é de extrema importância, porque podem fazer atividades de conteúdo prático, atividades do dia-a-dia, atividades funcionais, que através do brincar, eles aprendem brincando.” (Docente 1) “Eu acho que era muito importante existir Animador Sociocultural no agrupamento, porque havendo tantos meninos com NEE essa pessoa teria um papel fundamental, um papel mais virado para a componente lúdica para completar as atividades em que não conseguem participar na turma” (Docente 2)	“É importante para levar os outros meninos a fazerem atividades com os alunos com NEE, esse papel acaba por ser assumido pelos professores, pelo menos na escola em que ele está. (E. Educ.1) “Muito importante, porque se não houver uma ajuda específica a esses meninos, dificilmente a inclusão deles junto dos outros colegas será feita.” (E. Educ 2)

Quadro 8. Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 1.º ciclo do Ensino Básico

Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 2.º ciclo do Ensino Básico

Docentes do 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação do 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Muito importante, porque cada vez estou a ver que há alunos piores a nível de Ensino Especial dentro de uma sala normal, o Animador pode ajudar, por exemplo em determinadas atividades que ajudassem não só os professores das disciplinas, como o próprio professor do ensino especial” (Docente 3)</p> <p>“Tem um bocado a ver com a integração dos alunos na comunidade educativa, a importância passa muito por ai, mas nem sempre esse alunos passam por estes técnicos, mas sim, tem a ver com a integração do aluno na comunidade educativa.” (Docente 4)</p>	<p>“É importante que tenham esse tipo de atividades, de animação, para o seu desenvolvimento é essencial” (E. Educ. 3)</p> <p>“Muito importante, acho que é dos papéis principais para os inserir, para ajudar a inserir as crianças que normalmente tem mais dificuldade em estar em conjunto com as outras, acho super importante, até acho mais importante essa parte que a aprendizagem.” (E. Educ. 4)</p>

Quadro 9. Papel do Animador Sociocultural com os alunos com NEE para Docentes e Encarregados de Educação do 2.º ciclo do Ensino Básico

Não existindo Animador Sociocultural no Agrupamento em estudo, nem nenhum técnico que o substitua, torna-se impossível responder à questão referente às funções por ele assumidas junto dos alunos com NEE.

Tanto os docentes, incluindo Diretor e Coordenador de EE, como os Encarregados de Educação das crianças com NEE conseguem dizer o tipo de atividades desenvolvidas por estas crianças. Quando não vão à sala da turma de origem, as crianças tem ao seu dispor um conjunto de atividades adaptadas às suas necessidades, atividades de estimulação motora e sensorial, assim como diversas terapias.

Os Encarregados de Educação de crianças sem NEE não têm conhecimento do tipo de atividades que estes alunos desenvolvem, um dos casos desconhecia até o facto de existirem duas salas de multideficiência no agrupamento.

Embora não existam atividades feitas exclusivamente para os alunos com NEE de modo a levar os outros alunos a participarem com eles, o que existe são atividades gerais, parte integrante do Plano Anual de Atividades, que são desenvolvidas para todos, onde também participam as crianças com NEE. Tirando a atividade desenvolvida pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, não são desenvolvidas atividades específicas para este público, estes é que são levados a participar nas atividades gerais do agrupamento.

“Ao desenvolverem-se atividades que estão integradas no Plano Anual de Atividades elas têm de ser globalizadas, tem de integrar todos os alunos, logo aí acabam por ser integrados com alunos com NEE.” (Diretor do Agrupamento)

“Incluído no Plano Anual de Atividades temos sempre atividades para a comunidade, no dia 3 de dezembro comemora-se o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em que desenvolvemos atividades que englobam toda a comunidade educativa, fizemos uma marcha com toda a comunidade educativa até ao centro da cidade onde construímos uma árvore e todos os alunos colocaram uma fita com uma mensagem, esta atividade específica teve grande impacto em toda a comunidade.” (Coordenador de EE)

“No departamento de Educação Especial fazemos todos os anos uma atividade dos sentidos, em que as pessoas vão experienciar os vários sentidos e que todos gostam muito, e os alunos com NEE colaboram connosco, são os nossos ajudantes, alguns deles, aqueles que têm autonomia.” (Coordenador de EE)

Da parte dos Docentes também existe este mesmo entendimento das atividades desenvolvidas na comunidade educativa, que são desenvolvidas no geral e que os alunos com NEE são levados a participar nas mesmas, como é também referido por uma docente de 1.º ciclo de ensino básico que já teve na sua sala um aluno com NEE.

“Quando participamos no carnaval, por exemplo, participa toda a comunidade educativa, os pais ajudam nas mascaras, ajudam nas festas, colaboram e interagem connosco. Ele é que era integrado nas atividades da turma, eu não fazia especificamente uma atividade para ele, era ao contrário, a turma tinha uma atividade e ele participava com a turma.” (Docente 2)

Ao contrário deste testemunho de 1.º ciclo de Ensino Básico, os docentes de 2.º ciclo referem mais o acompanhamento, ou falta dele, que os alunos com NEE têm nas salas de aulas:

“Os meninos quando estão na sala de multideficiência fazem atividades com os professores que lá estão, quando vêm à turma, como nem sempre tem acompanhamento, fazem o que os outros fazem, o que conseguem acompanhar, eu não consigo fazer nada específico com eles.” (Docente 3)

“Eles acabam por ir todos à sala da turma de origem, pelo menos a Cidadania e a disciplinas de expressões, de resto estão em contacto com as outras crianças nos intervalos e horas de almoço, estão no mesmo espaço físico, mas não existe nenhuma atividade específica que promova esse contacto.” (Docente 4)

Os Encarregados de Educação, na sua maioria, não têm conhecimento de atividades que sejam desenvolvidas com vista à inclusão, mencionam que estão juntos nos espaços de intervalo mas que não é estimulado esse contacto, um encarregado de educação chega mesmo a considerar que o seu educando, como a experiência de contacto que tem é com uma criança muito agressiva, que acaba por considerar que são todos assim e tem medo deles.

“Podiam haver atividades, mesmo até brincadeiras educativas, como já tenho visto, que ensinem as crianças a estar, a brincar com as outras, não sei se fazia efeito ou não, mas não há nada nesse sentido” (E. Educ. 4)

“As atividades são todas com os restantes alunos, estão em contato uns com os outros nas atividades do dia-a-dia, não há atividades que sejam desenvolvidas especificamente para uma coisa ou outra”. (E. Educ. 2)

O Encarregado de Educação de um aluno com NEE, no 1.º ciclo do Ensino Básico, refere que na escola que o filho frequenta são desenvolvidas atividades, mas não pelo Animador Sociocultural, visto que não existe no agrupamento:

“Tenta-se sempre que ele esteja com o grupo dito normal, da idade dele, e que façam atividades que todos os outros miúdos possa participar e que ele também possa, isto quando está na escola na turma de origem. Quando está na escola sede do agrupamento, na sala de multideficiência, interação mais no refeitório, acabam por ir um bocado à rua quando os outros também estão no intervalo, mas não me parece que haja assim uma atividade específica que faça os outros pertencerem àquela atividade. Existem atividades na Escola Primária, ali acaba por haver, mas só uma coisa mais natural, estão no mesmo espaço físico, não é promovido nenhum contato.” (E. Educ. 1)

2.2.3. CATEGORIA III – EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Esta categoria destina-se às expressões artísticas, à importância que é atribuída a estes tipos de expressão junto dos alunos com NEE, assim como o seu papel na inclusão dos mesmos.

Seguidamente apresentam-se novamente tabelas comparativas, como nas categorias anteriores, referindo a importância dada ao papel das expressões artísticas nos alunos com NEE, as vantagens que trazem para estes alunos.

Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
“Acho que são o meio de expressão, é talvez a maneira mais fácil para eles de dizerem ‘estou aqui’, ‘faço isto’, ‘consigo fazer isto’. É uma forma de comunicação que eles têm, daquilo que conseguem produzir e conseguem efetuar.”	“São de uma grande importância, digamos que a área das expressões é, numa grande percentagem dos meus alunos, a área mais valiosa para eles, a área onde eles se sentem mais iguais aos outros. É a área onde eles mais gostam de participar e onde nós investimos. É a área disciplinas onde os alunos com NEE têm mais integração, é a área onde eles são melhores e onde são mais iguais aos outros.”

Quadro 10. Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE

Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 1.º ciclo do Ensino Básico

Docentes de 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 1.º ciclo de Ensino Básico
<p>“É uma área onde se sentem mais livres de expressão, como não se expressam muitas vezes da forma verbal, através do não-verbal é como eles conseguem manifestar as emoções, os sentimentos, e há trabalhos muito bonitos” (Docente 1)</p> <p>“Acho que as expressões têm um papel muito importante, acho que esses meninos têm mesmo mais interesse por atividades de expressões, quer seja plástica, motora, dramática, eles gostam muito e vê-se que ficam muito contentes quando o fazem. Eu acho que é nas expressões que se acham mais iguais. (Docente 2)</p>	<p>“Acho que é bastante importante o uso das expressões, e têm que ser feitas, porque isso é uma parte que os estimula mais, acho que é uma coisa que eles gostam, que tiram prazer desse tipo de atividades” (E. Educ. 1)</p> <p>“É muito importante, porque é através das atividades artísticas que eles, a maior parte das vezes, se expressam, que eles mostram muitas das vezes aquilo que sentem, aquilo que querem, aquilo que lhes dá vontade de exprimir. É através, muitas vezes, do desenho, da dança, do teatro, que eles se expressam. É vantajoso para todo o desenvolvimento da criança, porque se a criança for estimulada automaticamente a criança acaba por desenvolver-se cognitivamente e não só.” (E. Educ. 2)</p>

Quadro 11. Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 1.º ciclo do Ensino Básico

Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 2.º ciclo do Ensino Básico

Docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Eu acho que é a única maneira deles se exprimirem. Porque se eles são de ensino especial, nomeadamente aqueles mais profundos, não conseguem exprimir-se de maneira nenhuma utilizando o número ou a letra, por isso as artes são a única forma, para algumas crianças.” (Docente 3)</p> <p>“Nós estamos a falar de alunos com determinadas características, são condicionados em muitas situações, se eles tiverem apetência para uma determinada área, aí têm que se agarrar e têm que se desenvolver nessa área, para potencializar as capacidades deles, e são bastantes. Dai as expressões artísticas serem muito importantes junto destes alunos.” (Docente 4)</p>	<p>“É bom para eles desenvolverem a motricidade fina, ela por exemplo fica mais desinibida, gosta e fica muito satisfeita quando vê que também consegue fazer as coisas. Sentem-se mais iguais, no caso da minha filha fica toda eufórica, toda contente porque consegue realizar o mesmo que os outros meninos e fica toda satisfeita.” (E.Educ. 3)</p> <p>“Muitíssima, tal e qual como a sociocultural, acho que eles se devem desenvolver e expressar de alguma maneira, e alguns não conseguem falar, outros não se conseguem exprimir, e acho que por exemplo o desenho deve ser uma coisa liberal, ninguém vai julgar, e eles devem desenvolver, com a dança, o cantar, a música então acho que deve ser sobre aproveitada.” (E.Educ. 4)</p>

Quadro 12. Importância das Expressões Artísticas junto dos alunos com NEE no 2.º ciclo do Ensino Básico

As expressões artísticas fazem parte dos programas de Educação Especial, tanto nas atividades desenvolvidas nas salas de multideficiência como nas atividades em que se juntam às turmas de origem, pois todas as crianças vão às salas de aula nos horários de expressões, como é o caso de Educação Física, Educação Musical, Educação Visual e Educação Tecnológica. Para além das aulas também entre o grupo com NEE são desenvolvidas atividades nesta área, são mesmo a aposta dos programas por serem as atividades onde conseguem atingir mais objetivos e onde se sentem mais satisfeitos.

Embora os Encarregados de Educação dos alunos sem NEE não tenham conhecimento do tipo de atividades que os alunos com NEE desenvolver, todos os restantes entrevistados mencionaram a existência das atividades, com as turmas e nas salas de multideficiência.

Relaciona-se muito diretamente o uso das expressões artísticas com a inclusão destes alunos, a forma de chegarem uns aos outros pelo mesmo meio.

“Aprendem a interagir uns com os outros, os meninos de Educação Especial aprendem a aceitar-se a si próprios, e os outros meninos aprendem a aceitar os meninos com algumas dificuldades, muitos deles deficientes motores, alguns com deficiências cognitivas e aprendem a aceitar-se mutuamente, aprendem a lidar uns com os outros e acaba por ser mais fácil até a integração.” (E.Educ. 2)

Um Encarregado de Educação chega mesmo a referir que:

“Acho que era mesmo por aí que a coisa tinha que ir, não se costuma dizer que uma pessoa que tem problemas de gaguez que a cantar não gagueja e canta? E aí são todos iguais.” (E.Educ. 4).

2.2.4. CATEGORIA IV – RELAÇÃO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E A ESCOLA

Nesta categoria apresentamos os resultados de uma questão que pretendia perceber se os Encarregados de Educação se envolvem no funcionamento da escola, se questionam o tipo de atividades que os seus educandos lá desenvolvem, se existe uma estreita ligação entre o Agrupamento e os Encarregados de Educação.

Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
“Os pais não questionam, não colocam questões nesse sentido, no que diz respeito à Educação Especial tento sempre que passem pela Coordenação do departamento antes de chegarem a mim.”	“alguns questionam, e ainda bem. A maioria concorda connosco e gosta do trabalho que é desenvolvido, mas há sempre alguns que acham que não estamos a dar o apoio que os educandos precisam, e em alguns casos têm razão, porque não temos professores para os acompanhar sempre em todos os momentos”.

Quadro 13. Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola

Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 1.º ciclo do Ensino Básico

Docentes de 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 1.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Não, os pais confiam no trabalho desenvolvido e não fazem questões nesse sentido.” (Docente 1)</p> <p>“Nunca me senti questionada, gostam de saber o que eles conseguem fazer, mas nunca questionaram, penso que é valorizado que cada criança caminha a seu ritmo, e é importante que o professor transmita isso aos pais, uns aprende mais depressa a ler, mas outros aprendem com mais facilidade outras coisas, eu nunca me senti questionada porque sempre valorizei o que eles conseguem fazer.” (Docente 2)</p>	<p>“Sim questiono, normalmente pergunto o que é que fazem, mais a nível de terapias, se já têm a Terapeuta Ocupacional, se já têm a Fisioterapeuta, mas vou perguntando se têm e se fazem, elas vão-me pondo a par do que fazem ou do que não fazem com ele.” (E.Educ. 1)</p> <p>“Por acaso nunca aconteceu, se calhar devia questionar, mas se fosse mãe de um desses meninos ai sem dúvida teriam que me explicar muito bem e teriam que me orientar muito bem nesse sentido, sobre o que é feito e o que não é feito.” (E.Educ, 2)</p>

Quadro 14. Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 1.º ciclo do Ensino Básico

Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 2.º ciclo do Ensino Básico

Docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Neste momento nem tenho nenhuma direção de turma e então também não mantenho contato com os Encarregados de Educação.” (Docente 3)</p> <p>“Muitas vezes questionam é quando o aluno não atinge determinados objetivos, nas disciplinas em que tem mais dificuldades, eles questionam muito porque é que os filhos não conseguem aprender, eles têm expeativas em relação aos filhos e como eles não estão a conseguir questionam porque, não percebem que os filhos podem ter mais dificuldades numas áreas. Na parte da educação especial a principal preocupação dos pais é que eles estejam incluídos. Os outros pais à partida aceitam, a menos que sejam casos de graves problemas comportamentais, que interfiram no funcionamento das aulas.” (Docente 4)</p>	<p>“Questionamos no sentido de tentarmos que ela vá mais vezes à sala, mas isso não é possível, nós pedimos, mas dizem-nos que não tem professores suficientes, que são muitos meninos e não dá para irem mais vezes à sala da turma, porque ela precisa de ser sempre acompanhada porque destabiliza um pouco.” (E.Educ. 3)</p> <p>“Não questionamos as atividades feitas na escola, porque aquilo que não há na escola ela tem por fora, porque a escola não disponibiliza e nós pais procuramos por fora o que ela precisar.” (E.Educ.4)</p>

Quadro 15. Envolvimento dos Encarregados de Educação na Escola no 2.º ciclo do Ensino Básico

São os Encarregados de Educação dos alunos com NEE que mais questionam a Escola em relação às suas necessidades. Da parte dos restantes Encarregados de Educação não se verifica essa prioridade, o que não resulta numa falta de conhecimento do que se desenvolve na escola. Um Encarregado de Educação chegou a mencionar que são propostas atividades de grupo para os alunos, mas depois acabam por não chegar a iniciar, ou levam muito tempo a iniciar após o ano letivo ter iniciado, e os Encarregados de Educação acabam por procurar fora da escola as atividades em que querem que os seus educandos participem, e para as quais eles mostrem interesse.

2.2.5. CATEGORIA V – BOAS PRÁTICAS

Nesta categoria, a última da entrevista, pretendeu-se saber o que cada entrevistado acha que poderia ser melhorado nos programas de Educação Especial, se a existência de atividades, ou de mais atividades, que incentivassem à inclusão seriam uma mais-valia para os alunos com NEE, assim como para a restante comunidade educativa.

Começamos por apresentar tabelas referentes ao que cada entrevistando entende que poderia melhor, que poderia enriquecer os projetos de Educação Especial

Melhorias nos Projetos de Educação Especial

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
“Por mim passam vários projetos, não estou por dentro de todos a 100%, mas a inclusão é um papel fundamental nos projetos de Educação Especial.”	“Penso que estamos a funcionar bem, as melhorias seriam talvez no sentido de ter mais recursos humanos para se poder prestar mais apoio aos alunos com NEE.”

Quadro 16. Melhorias nos Projetos de Educação Especial

Melhorias nos Projetos de Educação Especial (1)

Docentes de 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 1.º ciclo de Ensino Básico
“A continuação do desenvolvimento das boas práticas apresentadas até aqui” (Docente 1) “A nível de escola acho que é importante que existam projetos que envolvam sempre os alunos todos, mesmo os de ensino especial, esses ainda merecem uma especial atenção, penso que os projetos não têm de ser diferentes por na turma existirem meninos com NEE, se nos projetos cada um tiver o seu papel, e que seja dinamizado por todos. Não sei se a nível de educação especial são criados projetos para estes alunos, mas se são criados acho que deve ser feito um trabalho que envolva o professor da turma. Na cidadania trabalham o tema da diferença, mas uma coisa é a teoria outra coisa é a prática.” (Docente 2)	“Terem mais terapias, mais tempo de terapias. Haver a parte de aparelhos, de instrumentos, de coisas materiais, de programas específicos que há um mundo dessas coisas, mas que não chegam a toda a gente. Era mais por ai. Na parte da inclusão eu com o meu filho não tenho muitos problemas com isso porque tem sido sempre trabalhado isso, mas falta sim, porque estes meninos primeiro estão numa zona da escola que acaba por à partida estar logo dividida, logo ai criam uma divisão.” (E.Educ.1) “Para mim vantajoso é sem dúvida o facto de todos os meninos se começarem a aceitar mutuamente, e começarem a praticar o respeito uns pelos outros, porque se houver uma aceitação por parte dos meninos que não tem NEE, se aceitarem quem tem necessidade, eu acho que é muito mais fácil de haver ajuda entre eles e assim superarem algumas necessidades que os outros possam vir a ter, e deveria trabalhar-se mais nesse aspeto.” (E.Educ.2)

Quadro 17. Melhorias nos Projetos de Educação Especial (1)

Melhorias nos Projetos de Educação Especial (2)

Docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Deveria existir uma maior aproximação à realidade que aqueles miúdos vão precisar. Seria vantajoso ter-se muito mais apoio do que aquilo que têm, apoio este que vai passar obrigatoriamente por técnicos, que nós não os temos.” (Docente 3)</p> <p>“Isso passa muito pelos recursos humanos existentes, há poucos professores, um professor não deveria ter mais do que 4 alunos e tem. Para poder supervisionar mais o aluno, ir ou não à sala, ter mais horas de estudo com ele, há poucos professores nesse sentido. Nós temos que incentivá-los a desenvolver atividades em conjunto e tentar fazer uma supervisão, tentar integra-los, incentivá-los a estarem mais juntos. A nível de 2.º ciclo essa preocupação acaba por ser mais para os funcionários, porque os professores acabam por nos intervalos não terem um contato direto com o aluno. Mesmo quando existiam os animadores a função deles não passava pela educação especial, passava mais pelos alunos com dificuldades de integração, divergências dos interesses escolares.” (Docente 4)</p>	<p>“Se tivesse mais apoio, mais acompanhamento acho que era melhor para ela, porque ela tem muita dificuldade de concentração e precisa de estar sempre com alguém. Se houvesse atividades com os outros meninos também era bom, ela gosta, gosta de participar, gosta de estar com os outros meninos e fazer o mesmo que eles. Tirando as aulas ela só está com as outras crianças nos intervalos, mas não há nada para os envolver em atividades com os outros meninos. Ela age muito por imitação, e com crianças ditas normais acho que desenvolvia mais, ela ali na sala está com aqueles meninos, alguns que não conseguem fazer quase nada e depois ela fica mais estagnada.” (E.Educ.3)</p> <p>“Para já, visto que eles estão separados numa sala deviam mistura-los mais e instruírem as crianças para o que vão, sensibiliza-los, mostrar que se eles não gostam de ficar de parte que os outros meninos também não. Fazerem atividades lúdicas, de expressão, socioculturais, isto acaba por fazer parte da formação da pessoa, como dão a formação sexual, é prepará-los para a vida, isto é a mesma coisa.” (E.Educ.4)</p>

Quadro 18. Melhorias nos Projetos de Educação Especial (2)

Após serem questionados sobre o que se poderia melhorar nos projetos de Educação Especial, os entrevistados foram questionados em relação à importância da existência de atividades de inclusão, nesta fase escolar, atividades que estimulassem os alunos ditos normais a colaborarem com os alunos com NEE.

Apresentamos então de seguida os quadros com os pontos de vista em relação a esta questão.

Importância das atividades de inclusão

Diretor do Agrupamento	Coordenador de Educação Especial
<p>“Tem muita importância, para os alunos verem que os alunos com NEE também estão presentes, para verem que estamos todos a trabalhar para o mesmo”</p>	<p>“É muito importante, nós quando fazemos atividades tentamos sempre levar os outros alunos, tentamos sempre misturá-los, o que nem sempre é fácil”</p>

Quadro 19. Importância das atividades de inclusão

Importância das atividades de inclusão (1)

Docentes de 1.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 1.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Acho que as atividades de inclusão têm grande impacto para o futuro das crianças, porque desde há alguns anos a esta parte muito se tem trabalhado para atingir esse objetivo” (Docente 1)</p> <p>“Se fosse logo trabalhado desde o início, quando tomamos contato e praticamos a normalidade, se o nosso dia-a-dia for com crianças com NEE torna-se uma rotina, torna-se um hábito, se quanto mais cedo essas crianças estiverem integradas na escola mais fácil é para os colegas e para todos incluir, depois já se torna rotineiro.” (Docente 2)</p>	<p>“É importante eles começarem de pequeninos a saber que é normal haver crianças assim, que só fazem as coisas de forma diferente. Se isso fizesse parte do quotidiano, não era preciso continuar a proporcionar uma atividade específica porque já era feito com naturalidade.” (E.Educ.1)</p> <p>“Se aprendermos desde o início que temos que respeitar o próximo, sendo eles com NEE ou não, por exemplo, se as minhas filhas aprenderem desde sempre a aceitarem meninos diferentes, e os meninos diferentes tiverem que os ajude a lidar e a saber brincar e a saber interagir com os meninos que não tem NEE, todos eles só têm a ganhar com isso. As minhas filhas crescem intelectualmente mais e melhor, aprendem a ser pessoas boas, e os outros meninos acabam por só ter coisas a ganhar com isso.” (E.Educ.2)</p>

Quadro 20. Importância das atividades de inclusão (1)

Importância das atividades de inclusão (2)

Docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico	Encarregados de Educação de 2.º ciclo de Ensino Básico
<p>“Era muito bom que essa integração fosse possível logo desde a faixa etária mais tenra, desde o pré-escolar, e que, até a nível profissional, em adultos, eles fossem sempre integrados, que não são, era muitíssimo bom.” (Docente 3)</p> <p>“Eu penso que os problemas devem ser resolvidos quando surgem, não deixar avançar e com isso já não ir conseguir obter resultados.” (Docente 4)</p>	<p>“Nesta idade em que eles estão, dos 11, 12 anos, eles têm mais dificuldade em aceitar os outros, se não existir uma intervenção eles não aceitam estes meninos. É importante a intervenção dos pais e dos professores. As atividades de inclusão seriam importantes nesta fase, porque ainda há um grande tabu para muitas crianças, e quando se deparam com estas situações é complicado, têm que ser incentivadas a estar com os outros, acho que era vantajoso para todos, para os meninos com necessidades especiais se sentirem incluídos e para os outros meninos aceitarem.” (E.Educ. 3)</p> <p>“Eles agora estão a formar caráter, nesta altura é muito importante eles saberem distinguir o que é correto ou não, o que é justo ou injusto, nestas idades do 2.º ciclo, já começam a pensar nos amiguinhos que não querem perder. O que se passa agora fica para o resto da vida, porque é a formação do caráter, eu acho esta parte da adolescência muito importante no que diz respeito à formação que se dá.” (E. Educ. 4)</p>

Quadro 21. Importância das atividades de inclusão (2)

Ao serem questionados sobre a importância do Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas em estudo, sobre a importância de existir este técnico, as opiniões não variaram muito, todos consideram que este técnico seria uma mais-valia para o agrupamento, nem que fossem, como menciona um Encarregado de Educação, para ser mais um técnico disponível para estas crianças, visto haver uma grande fragilidade nos recursos humanos.

O Diretor do agrupamento não hesita em afirmar que “Faz falta um Animador Sociocultural no Agrupamento, seria mais um elemento para ajudar nessa inclusão, termos mais um técnico na escola era mais um meio para proporcionar determinadas coisas que por vezes não conseguimos fazer”.

O Coordenador de Educação Especial acrescenta ainda que “as escolas deveriam ter todas, para se trabalhar a inclusão.”

Embora um dos docentes de 1.º ciclo do Ensino Básico trabalhe em articulação com um Animador Sociocultural de um ATL na localidade onde está a escola, destacando grande importância nesta parceria, para os restantes docentes é sentida esta fragilidade:

“Acho que fazia muita falta, fazia a ligação entre estes meninos quando vão para o 2.º ciclo, o espaço é maior, mais professores, e só o facto de o espaço ser diferente ficam mais introvertidos. Havendo alguém que tivesse essa dinâmica ajudava mais, e se calhar com atividades que envolvessem toda a comunidade seria mais fácil para eles.” (Docente 2)

“Faz falta, já deu resultados anteriormente, fazia até saídas com os alunos em tempos fora das aulas. Faz falta principalmente para conhecer o aluno no seu todo, porque o trabalho dele era na parte da formação pessoal, e parte de incentivar o aluno para a escola, criar interesses nos alunos.” (Docente 4)

Entre os Encarregados de Educação mantém o mesmo modelo de pensamento que os docentes:

“O papel do Animador Sociocultural seria fundamental nesta fase, no sentido de, se no recreio por exemplo tivermos alguém que os ajude a saber lidar uns com os outros, a saber brincar uns com os outros, há-de ser mais fácil a integração quer de uns quer de outros. Fazia falta no agrupamento de escolas um ASC ou mais, só um era pouco.” (E.Educ. 2)

“Faz falta um Animador Sociocultural, claro que faz, nem digo só para as crianças com NEE, mas para a inclusão de todos no geral, porque existem várias culturas e é importante a inclusão de todos e a existência de atividades nesse sentido.” (E.Educ. 4)

2.2.6. ENTREVISTAS AOS ALUNOS

No decorrer das entrevistas foi-se revelando um interesse por saber o ponto de vista dos alunos no que diz respeito a esta temática, em que eles são os principais envolvidos, os principais interessados. Nesse sentido foram elaboradas quatro questões básicas que foram colocadas a 3 crianças do 2.º ciclo do Ensino Básico, que frequentam a escola sede onde se encontram as salas de multideficiência.

Apresentam-se de seguida tabelas com as respostas das três crianças entrevistadas.

O que é um Animador Sociocultural?

Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3
“Anima as pessoas que têm deficiências e as outras pessoas, fazendo jogos com as crianças que não são iguais a nós e às vezes combinam com os professores para irem lá à sala fazer jogos”	“Para mim é uma pessoa que ajuda os meninos com e sem deficiências, que faz jogos e brincadeiras e para as outras crianças não estarem sós”	“É uma pessoa que trabalha com crianças e com velhotes”

Quadro 22. O que é um Animador Sociocultural?

Ao serem questionados sobre a existência de um Animador Sociocultural na escola todos disseram que não, as crianças em causa têm contacto com Animadores Socioculturais apenas em períodos de férias, fora da escola, em atividades de Campos de Férias organizadas por outras entidades.

Que atividades são desenvolvidas com as crianças com NEE?

Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3
“Com a minha turma ainda não fizemos atividades, ainda não fizemos nada”	“Uma vez, na disciplina de Cidadania, fizemos um teatro e fomos apresentar à sala de multideficiência, foi a única vez que fizemos atividades com esses meninos.”	“Nunca participei em nenhum tipo de atividade com crianças que estivessem na sala de multideficiência, nem fui nunca à sala.”

Quadro 23. Que atividades são desenvolvidas com as crianças com NEE?

No que diz respeito a atividades que sejam desenvolvidas para todos, nenhum dos alunos entrevistados conseguiu identificar nada nesse sentido, mencionam que os meninos estão no espaço dos intervalos, mas não interagem com eles, um dos entrevistados mencionou que:

“eles estão lá com os professores ou as auxiliares, eu às vezes vou falar a uma menina que conheço, mas os outros eu não sei se posso falar com eles” (Aluno 1)

Sem crianças com NEE na turma acaba por se perder qualquer tipo de contato, pois quando as crianças com NEE vão às salas interagem com a restante turma, mas quando não fazem parte das turmas não tem contato, que é o caso dos alunos entrevistados, não têm crianças com NEE nas suas turmas.

2.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao longo deste ponto serão apresentados os dados mais relevantes da investigação, os dados que ao longo das entrevistas se foram revelando importantes para a problemática, o contributo da Animação Sociocultural para a inclusão das crianças com NEE no 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico.

A entrevista inicia-se com a pergunta que mais causou dificuldade de resposta entre os entrevistados, “O que é para si um Animador Sociocultural?”

Trilla (2006) define o Animador Sociocultural como um educador, agente social e relacionador, e as definições atribuídas pelo Diretor do Agrupamento de Escolas e pelo Coordenador de Educação Especial foram neste sentido, como alguém capaz de trabalhar com os vários grupos, para o desenvolvimento de atividades de inclusão.

Entre os docentes ficou também a opinião de que o Animador Sociocultural trabalha a componente lúdica, “tem a função de dinamizar e animar, tal como o próprio nome indica” (Docente 2).

Entre os Encarregados de Educação as opiniões já diferem um pouco, dos quatro entrevistados, dois referem a componente educativa e de inclusão, enquanto outros dois apenas começam a entrevista a atribuir a este profissional um papel de entretenimento, embora refiram um pouco a componente educativa e social.

Nos Encarregados de Educação chegou a ser pedido, ao longo da entrevista, o esclarecimento sobre as funções do Animador Sociocultural em contexto educativo e aí lhe atribuíram uma importância fundamental na temática abordada.

Junto dos alunos ficou claro que estes associam o trabalho do Animador Sociocultural a públicos específicos, ao ser referido que:

“Anima as pessoas que têm deficiências e as outras pessoas, fazendo jogos com as crianças que não são iguais a nós e às vezes combinam com os professores para irem lá à sala fazer jogos” (Aluno 1)

O papel do Animador Sociocultural acaba por não ser muito claro para alguns entrevistados nesta investigação pela ausência deste técnico no Agrupamento de Escolas em estudo, na falta de contacto com um profissional da área, é difícil para algumas pessoas referirem-se às suas funções. Um Encarregado de Educação, de uma criança com NEE, chegou a mencionar que “Eu não sei ao certo o que o Animador Sociocultural pode fazer com o meu filho” (E.Educ.1), neste sentido foi referido o papel na inclusão, a possibilidade de existirem atividades entre todos os alunos, e deste modo foi possível desenvolverem uma opinião sobre a temática.

A não existência de um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas em estudo, confirmado pelo Diretor do mesmo, foi uma questão de prioridades. Esse técnico existiu no agrupamento durante dois anos, mas, há cerca de cinco anos, o mesmo foi substituído por um Mediador. Pela variedade de culturas que existem na escola optou-se por um Mediador, para trabalhar na inclusão dessas mesmas crianças, no entanto, e como Trilla (2004) nos indica, o Animador Sociocultural é “um relacionador, capaz de estabelecer uma comunicação positiva entre pessoas, grupos e comunidade” (Trilla, 2004, p.125), podendo o mesmo também trabalhar com a inclusão das diferentes culturas na comunidade educativa.

No entanto, a presença ou não de um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas não é claro para todos, “se existe não tenho conhecimento” (Docente 2), assim como os Encarregados de Educação mencionam que não tem conhecimento da existência de algum Animador Sociocultural, mas acham que não existe pela inexistência de atividades que pudessem ser realizadas pelo mesmo.

Foi mencionado, tanto pelo Diretor do Agrupamento de Escolas como pelo Coordenador de Educação Especial, que quando existia um Animador Sociocultural este desenvolvia atividades nos intervalos e nas horas de almoço, e a sua presença acabava por evitar alguns conflitos nestes momentos, que agora acabam por acontecer. Como nos diz Brandes e Philips (2008), “Os grupos precisam de jogos” (Brandes & Philips, 2008, p.15), daí a necessidade de uma intervenção organizada para a boa relação entre os pares.

Embora já tivesse existido um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas o mesmo não trabalhava com as crianças com NEE, esta função é atribuída aos técnicos que fazem parte do departamento de Educação Especial.

Martins (2010) referem a importância da inclusão das crianças com NEE ter que acontecer de forma natural, com recurso a atividades adaptadas, onde se destaque as suas capacidades.

A inexistência de um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas acabou por levar a que a entrevista seguisse num caminho de potencialidades que este profissional teria com a sua intervenção, sendo referido por todos a sua importância na inclusão das crianças com NEE e para o seu desenvolvimento: “É importante que tenham esse tipo de atividades, de animação, para o seu desenvolvimento é essencial (E. Educ. 3)

Existem atividades sociais, cultural e educativas no Agrupamento de Escolas, desenvolvidas pelos vários departamentos, pertencentes ao Plano Anual de Atividades, a componente artística está presente nas disciplinas de expressões, motora, musical e plástica. Estas atividades, presentes no Plano Anual de Atividades, envolvem toda a comunidade educativa, mas não existe um objetivo direto para a inclusão das crianças com NEE. Se fisicamente, pela localização das salas de multideficiência, estas crianças se encontram separadas de todas as outras, a promoção de atividades que as façam interagir, que as façam relacionar-se, com esse mesmo objetivo de inclusão, torna-se fundamental.

Existem atividades que levam à participação de todos, como nos diz o Coordenador de Educação Especial “eles participam, eles estão lá, estão integrados, o estarem incluídos já é outro assunto”, mas é mesmo neste assunto que assenta a intervenção do Animador Sociocultural, é na inclusão de todos na comunidade, é na inclusão das crianças com NEE na comunidade educativa, junto das restantes crianças, e se não é estimulada essa mesma inclusão ela não irá acontecer naturalmente, visto que existem barreiras físicas e sociais que criam um afastamento entre as partes.

Sendo as expressões artísticas o grande potencial das crianças com NEE, referidas por todos como de grande importância para estas crianças, é através das expressões que podemos criar um meio de comunicação entre todos.

Segundo Ribeiro (2010) “Os jogos dramáticos permitirão que as crianças desenvolvam, progressivamente, as possibilidades expressivas do corpo, unindo a intencionalidade do gesto e/ou palavra, à expressão de um sentimento, ideia ou emoção.” (p.5), a possibilidade de comunicar entre todos aumenta quando são proporcionados momentos de atividade, de expressão, em que todos sejam levados a comunicar pelo mesmo meio, seja pelo corpo, o som ou a pintura.

Como mencionado por um Encarregado de Educação “acho que era mesmo por ai que a coisa tinha que ir” (E. Educ. 4), referindo-se às expressões artísticas como o meio de comunicação que todos conseguem utilizar de forma mais igual.

As expressões artísticas fazem parte dos programas de educação especial, mas são usadas pelas crianças com NEE só entre elas. Os trabalhos que são feitos até acabam por

ser expostos e todos veem, mas não são usados como forma de contacto entre as partes, pois não são desenvolvidas atividades em conjunto.

Martins (2010) refere a importância da pintura livre na forma de comunicar e expressar, a liberdade de expressão proveniente de uma atividade que todos podem usar como forma de comunicação.

Quando é referido por um aluno que:

“eu às vezes vou falar a uma menina que conheço, mas os outros eu não sei se posso falar com eles” (Aluno 1),

mostra a falta de contacto que as crianças ditas normais têm com as crianças com NEE.

O Coordenador de Educação Especial mencionou um caso particular, uma turma que tem uma criança com NEE, turma essa que nunca tinha tido contacto com crianças com NEE, e que agora está a ser feito um trabalho direcionado a essas crianças, para que aceitem, para que integrem naturalmente a criança na turma, no entanto continuam a existir turmas sem crianças com NEE, e essas turmas acabam por não ter hipótese de experienciar esse contacto, saber como fazer, como reagir perante estas crianças, como referido por um Encarregado de Educação, “as atividades de inclusão seriam importantes nesta fase, porque ainda há um grande tabu para muitas crianças” (E. Educ. 3)

O Coordenador de Educação Especial menciona que quando fazem atividades com as crianças com NEE tentam levar as outras crianças, mas nem sempre é fácil, é o próprio que diz que as crianças estão integradas, mas não incluídas, fazendo a diferença entre elas estarem e serem aceites, e a diferença entre estarem verdadeiramente incluídas no dia-a-dia de toda a comunidade educativa.

Tanto o Diretor do Agrupamento de Escolas, como o Coordenador de Educação Especial mencionam as atividades presentes no Plano Anual de Atividades como atividades desenvolvidas para a toda comunidade, incluindo todos, no entanto, e como perante as restantes crianças não existe uma inclusão, as crianças com NEE realmente estão presentes, mas como nos períodos de intervalo, estão lá, são vistas por todos, mas não interagem. Segundo Vayer e Roncin (1992) “as crianças cuidam das que são diferentes” (Vayer & Rocin, 1992, p.131), mas têm que ter oportunidades para tal. Como mencionado por um Encarregado de Educação “deviam mistura-los mais e instruírem as crianças para o que vão, sensibilizá-los, mostrar que se eles não gostam de ficar de parte que os outros também não.” (E.Educ. 4)

Segundo Rodrigues (2012), as crianças têm de estar nas salas para desenvolver competências comunicativas, no entanto os recursos humanos não permitem que as crianças possam ser acompanhadas à sala sempre ou o número de vezes que se gostaria que tal acontecesse. É mencionado pelos docentes de 2.º ciclo de Ensino Básico que as crianças vão às salas mas, mesmo precisando de acompanhamento, nem sempre têm um

professor que as acompanhem. Um dos Encarregados de Educação, de uma criança com NEE no 2.º ciclo do Ensino Básico, menciona mesmo que pedem que a criança vá mais vezes à sala da turma de origem, visto que a mesma se sente muito mais realizada quando tal é feito, mas a falta de recursos humanos continua a ser o impedimento de uma maior disponibilidade nesse sentido.

Embora as crianças com NEE em alguns momentos estejam nas suas turmas de origem, nem sempre o podem fazer com o devido acompanhamento, visto que não existem técnicos suficientes para acompanhar todos os alunos, sendo traçadas prioridades nesse sentido. Um Docente do 2.º ciclo do Ensino Básico chega mesmo a referir que por muito que quisesse ajudar, por muita vontade que tivesse não há tempo, pois os programas curriculares são muito extensos para o número de horas de aulas que têm, e ter uma turma grande e ainda, na mesma aula, dar um apoio direcionado ao aluno com NEE lá presente, torna-se muito difícil.

É de referir ainda que nem todas as crianças com NEE frequentam a sala de multideficiência, algumas delas tem apenas adaptações curriculares e frequentam sempre as turmas, estão mais incluídas, e muitas das vezes a ausência de um professor de apoio na sala de aula acaba por conseguir ser contornada, no entanto aqueles meninos que habitualmente frequentam a sala de multideficiência são os que estão mais excluídos, estão integrados na escola, mas não são incluídos pelos outros alunos.

Da parte do Diretor do Agrupamento de Escolas, Coordenador de Educação Especial e Docentes, é clara a opinião da existência de atividades para todos, embora muito gerais e sem a componente da inclusão, no entanto, perante os Encarregados de Educação já não existe uma referência a essas mesmas atividades, menciona-se mesmo que não são feitas atividades, além das comuns do dia-a-dia.

Um dos alunos entrevistados mencionou que, na aula de Cidadania, o seu grupo de trabalho desenvolveu uma atividade dirigida aos alunos com NEE presentes na sala de multideficiência, em que se dirigiram à referida sala e apresentaram um teatro, para além disso não existe referência, por parte dos alunos, da existência de outras atividades em que interajam, em que estejam todos juntos a participar, talvez pela falta de sensibilização nesse sentido, porque a verdade é que as crianças estão lá, estão na escola, e eles até os veem, mas não existe um contacto direto, não existe uma atividade organizada nesse sentido.

A referida falta de contato entre docentes e Encarregados de Educação pode ser a principal causa desta falta de conhecimento pelas atividades existentes, visto que se menciona que “não questionamos a escola, o que a escola não proporciona procuramos fora” (E.Educ.4)

Retomando às expressões artísticas, Martins (2010), refere a expressão como, muitas vezes, a única forma de comunicação possível, inteiramente ligada ao indivíduo. Utilizando as expressões poderá chegar-se ao contacto entre todos.

Os projetos de Educação Especial, como algo que diga respeito ao geral da comunidade educativa, poderiam sofrer melhorias. Para todos é claro que a importância da inclusão é fundamental, mas para tal seriam necessários mais técnicos, mais recursos humanos para poderem proporcionar mais atividades, mais apoios.

Correia (2013) refere-nos mesmo como uma das medidas de responsabilidade do estado o “financiamento que assegure os recursos humanos e materiais necessários à ‘inclusão’ da criança com NEE”, refere também que se atribui à escola a responsabilidade da formação dos profissionais, sensibilização e apoio ao aluno com NEE, mas faltando apoio para os recursos humanos precisos, a escola perde autonomia para prestar os apoios que acha necessários, ou então terá que repensar se as prioridades estão a ser bem consideradas.

Os entrevistados, ao serem questionados sobre a importância do Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas, respondem de forma unânime, todos consideram a sua presença importante, nem que seja para ser mais um técnico disponível para as crianças com NEE, como menciona o Encarregado de Educação 1. Para um dos docentes, que já experienciou o trabalho no Animador Sociocultural anteriormente neste mesmo Agrupamento de Escolas, “Faz falta, já deu resultados anteriormente”. (Docente 4)

CONCLUSÃO

Neste estudo parece claro que a inexistência de um Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas seria a principal causa pela falta de conhecimento de alguns entrevistados sobre as funções do técnico em questão. A falta de um Animador Sociocultural no Agrupamento em estudo leva a que muitos não saibam sequer se este técnico pode ter alguma influência no trabalho desenvolvido pela instituição escolar.

Na Educação Especial, como na Educação Regular, a intervenção do Animador Sociocultural pode evitar algumas situações de conflitos, como mencionado anteriormente pelo Diretor do Agrupamento de Escolas, através de atividades organizadas, no entanto, neste mesmo Agrupamento de Escolas, não existe nenhum Animador Sociocultural. Embora o próprio Diretor lhe atribua uma importância significativa, as opções tomadas levam a que sejam traçadas outras prioridades no que diz respeito aos técnicos que existem no Agrupamento de Escolas.

No decorrer das entrevistas, e ao surgirem várias questões sobre a influência das medidas tomadas junto dos alunos, houve a necessidade de falar com essa parte interessada, os alunos. Dos três entrevistados, apenas um mostrou uma maior indiferença em relação ao tema, por falta de contacto, por falta de conhecimento, não mostrou muito à vontade ao falar sobre as crianças com NEE. Como mencionado por um dos Encarregados de Educação, o seu educando, por falta de conhecimento e contacto, acha que todas as crianças com NEE são agressivas, e quando vê alguma criança fisicamente diferente tem medo. Nesta caso tenta-se sensibilizar em casa, mas a falta de uma continuação dessa sensibilização na escola, a falta de contacto num ambiente controlado como o que é proporcionado pela escola, leva a que esta atitude não mude, e que não se consiga consolidar um processo de inclusão.

A inexistência de atividades dirigidas a todos, mas que tenham como principal objetivo a inclusão das crianças com NEE, poderá estar a criar nesta comunidade educativo uma não-aceitação desse público. Tilla (2006) menciona que a utopia da Animação Sociocultural seria ela própria um dia deixar de ser necessária, mas para tal era necessário que se criassem hábitos de desenvolvimento, hábitos de comunicação entre os pares, hábitos de aceitação e inclusão, e no caso da Educação Especial e das crianças com NEE seria necessário agora, em período escolar, num ambiente controlado, proporcionar momentos, atividades direcionadas à inclusão, fazer com que todos sejam vistos e aceites de forma igual.

A incapacidade de lidar com crianças com NEE, a falta de estímulo para que se crie uma ligação, para que seja dada às crianças com NEE a possibilidade de brincarem, conviverem e desenvolverem atividades específicas com as restantes crianças, vai continuar a afastá-las cada vez mais.

Enquanto no 1.º ciclo do Ensino Básico as atividades ainda vão sendo mais controladas, na passagem para o 2.º ciclo as mentalidades mudam, a liberdade é maior, e as escolhas mais selecionadas. A não existência de atividades nesta fase que os estimule a incluir, que os leve a continuar a inclusão que vinha desde o 1.º ciclo do ensino básico, ou em alguns casos a iniciar-se agora, mais dificilmente será possível num momento mais tarde.

Os problemas devem resolver-se quando surgem, e neste momento já se sentem as consequências de um problema que se deve à não inclusão das crianças com NEE, a falta de sensibilidade por parte de algumas crianças em lidarem com estas que são um pouco diferentes.

Não se pode esperar da intervenção do Animador Sociocultural um resultado imediato, não se muda a mentalidade de uma sociedade de um dia para o outro, mas é na escola que se transmitem muitos valores, é na escola que a criança passa a maior parte do seu tempo, é na escola que se podem criar momentos de convivência e interação entre todos, é na escola que deve começar esta mesma mudança de mentalidades para que a inclusão das crianças com NEE seja de facto uma realidade.

O Animador Sociocultural poderá desenvolver atividades, adaptadas a todos, onde se evidencie as qualidades de cada um, onde se destaque aquilo que cada um sabe fazer de melhor, e não dar importância às fragilidades, destacar os pontos-fortes de cada um para que sejam esses os primeiros a ser observados por todos, cultivar-se uma aceitação pelo bem-estar e pelas relações interpessoais, onde as qualidades de cada um sejam um ponto forte e que as incapacidades não sejam de relevância suficiente que levem ao afastamento dos demais.

Esta inclusão ao iniciar-se na escola é também levada para casa, como o caso da reciclagem, os alunos são instruídos para fazerem reciclagem, estes ao irem para casa influenciam os pais a participarem nessa atividade, e gera-se um processo contínuo, um ciclo, é isto que se pretende na inclusão, que seja iniciado na escola o processo que possa gerar um ciclo de boas práticas junto de uma sociedade.

É de realçar que a inclusão não tem importância apenas junto das crianças com NEE, é importante que todos saibam aceitar, que todos saibam incluir, que todos saibam viver numa comunidade de igualdade e respeito. Pelas crianças com NEE mas também por todas as outras, é necessário criar meios de inclusão mais eficazes, formar as crianças para serem melhores pessoas, futuros adultos que não recriminem o outro, que não rebaixem só por não se ter as mesmas capacidades.

Todos somos capazes de fazer melhor, cabe às entidades promoverem uma sensibilização nesse sentido, cabe à instituição escolar formar os seus alunos de todas as competências capazes de os fazer melhores adultos, melhores pessoas, melhores cidadãos, não descorando a necessidade desta sensibilização continuar com os Encarregados de Educação, envolve-los, em conjunto com a escola, neste processo tão importante para todas as partes.

Esta investigação foi desenvolvida com o intuito de estudar, de perceber, o que a comunidade educativa considera no que diz respeito ao contributo da Animação Sociocultural em relação à inclusão das crianças com NEE no 1.º e 2.º ciclo de Ensino Básico.

Sendo um estudo de caso, apenas relata a realidade de um pequeno grupo de pessoas, mas que representam uma grande maioria que, na inexistência de um Animador Sociocultural, nem sabem ao certo o que este profissional poderia fazer juntos destes públicos mais específicos, ou melhor, para estes públicos mais específicos.

As expressões artísticas são destacadas ao longo deste estudo como “o meio” de comunicação mais possível entre as crianças ditas normais e as crianças com NEE, aí, o Animador Sociocultural, pode adaptar um conjunto de atividades de forma a chegar a todos, a inclui-los por igual.

Para a contextualização teórica do estudo foi favorecido o recurso a elementos bibliográficos mais atuais, o que se revelou de alguma dificuldade pela falta de recursos encontrados. Deste modo percebeu-se também que a temática não está muito explorada, e daí também a falta de conhecimento sobre a mesma nas comunidades, neste caso, na comunidade educativa.

Este trabalho teve como principal objetivo saber o que uma comunidade educativa, sem Animador Sociocultural, sabe deste técnico, o que sabe das suas funções, se sabe que este técnico pode ser uma mais-valia para a inclusão das crianças com NEE.

Com esta investigação foi possível, mesmo sem a existência de um Animador Sociocultural, despertar os intervenientes para a importância do mesmo, sendo de opinião comum, no final de cada entrevista, que este técnico seria uma mais-valia para este mesmo processo de inclusão.

Não pretendendo mudar uma realidade existente, acredita-se que com este estudo possa ser possível mostrar, consciencializar e despertar na comunidade educativa (docentes, encarregados de educação e alunos) a importância que o Animador Sociocultural assume no processo de inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

A investigação na área das NEE e do papel do Animador Sociocultural na inclusão educativa e social deve avançar ao nível do contributo que estes profissionais poder dar

para o desenvolvimento de práticas efectivas que promovam a evolução das atitudes, de novas perspectivas e da implementação de modelos que promovam a qualidade da inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, C. A. S. (2009). O Animador Empreendedor. *Revista Práticas de Animação*. APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 3, n.º 2, (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- Babo, M. A. (2010). A Actividade Lúdica: um instrumento de inclusão da criança com Necessidades Educativas Especiais. *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. Marcelino e Peres, 1.1., p. 14-23, Intervenção. Chaves.
- Bento, Avelino (2003). *Teatro e Animação - outros percursos do desenvolvimento sócio-cultural no Alto Alentejo*. Edições Colibri, Lisboa.
- Brandes, Donna & Phillips, Howard. (2008). *Manual de Jogos Educativos*. Padrões Culturais Editora. Lisboa.
- Correia, Luís de Miranda (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto Editora. Porto.
- Correia, P. S. (2008). O Perfil do Animador/Investigador. *Revista Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- D.G.S (2003). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*. DGS, Lisboa.
- Dalfovo, Michael Samir; Lana, Rogério Adilson & Silveira, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p. 01-13, Sem II. 2008.
- Deus, A. M. ; Cunha, D. E. S. L. & Maciel, E. M. (s/d). Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: Uma Metodologia, (http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf)
- DGIDC (2008). *Educação Especial. Manual de Apoio à Prática*. DGIDC, Lisboa.

Dinis, E. (2007). Animação, Animadores e Metáforas. In Peres, A. N. & Lopes, M. S. C. *Animação Sociocultural – Novos Desafios* (pp. 47-61). Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

Francas, Les. (Tradução de Fialho, I, 2003). *Expressão Dramática e Atividades Teatrais*. Associação para a Promoção Cultural da Criança (APCC). Lisboa.

Garcia, G. I. (Diretora). (2011). *La Educación Artística en el Contexto de la Educación Especial*. Instituto del Profesorado de Artes. San Rafael, Mendoza, (<http://www.educacionespecialelrosalito.edu.co/documentos/Artistica.pdf>)

Godinho, José & Brito, Maria (2010). *As Artes no Jardim-de-Infância – textos de apoio para Educadores de Infância*. Ministério da Educação. Lisboa.

González, M. V. & Conejos, F. P. (2010). Objectivos e estratégias para a inclusão nos processos de Animação Sociocultural: O caso de crianças autistas, hiperativas e com deficiências visuais e auditivas. In Lopes, M. S. & Peres, M. S. (coord.) *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. 3.1., p.152-164. Intervenção. Chaves

Lopes, M. S. & Peres, M. S. (2010). *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. Intervenção. Chaves.

Lopes, Marcelino (2006). Animação Sociocultural em Portugal. *Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, Chaves*.

Martins, I. L. (2010). As artes plásticas na Animação Sociocultural para pessoas com Necessidades Educativas Especiais: O atelier de pintura – espaço de expressão, criatividade e intervenção. In Lopes, M. S. & Peres, M. S. (coord.) *Animação Sociocultural e Necessidades Educativas Especiais*. 2.1., p. 104-119. Intervenção. Chaves.

Meirinhos, Manuel & Osório, António (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista da educação*. Vol.2 (2). Instituto Politécnico de Bragança.

Mendes, Victor (2010). Estatuto do Animador, uma necessidade urgente. In Costa, C. A. S. (coord.) *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*. 15, p.195-198. Livpsic. Porto.

Miles M.B. & Huberman A.M. (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. Newbury Park, CA: Sage.

Morgado, José Carlos (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. De Facto Editores. Porto.

Panaças, M^a Luísa (2011). *Desenvolvimento das Culturas Inclusivas para a Educação em Portugal: Um Estudo de Caso*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade da Extremadura, Espanha.

Pereira, Filomena. (coord. 2004), *Avaliação e Intervenção em Multideficiência*. Ministério da Educação. Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular. Lisboa

Ribeiro, A. (2010). *Expressão Dramática*. Coleção Sara e Nuno. Euro Impala. Abrunheira.

Rodrigues, David. (org.) (2012). *Educação Inclusiva. Dos conceitos às práticas de formação*. 2.^a Edição. Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget. Lisboa.

Rodrigues, Edite (2010). *Expressão físico-motora*. Coleção Sara e Nuno. Euro Impala. Abrunheira.

Simões, Helena (2006). *Animação Sociocultural, três andamentos de compreensão*. Biblioteca do Educados. Livros Horizonte. Lisboa.

Trilla, Jaume (coord) (2004). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Horizontes Pedagógicos, Lisboa.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa

Vayer, P. e Roncin, C. (1992). *Integração da criança deficiente na classe*. Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget. Lisboa.

Zabalza, M. (1992). *Didáctica da Educação Infantil*. Edições ASA. Rio Tinto.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal 1990

Decreto-Lei n.º 319/91

Decreto-Lei n.º 3/2008

Anexos

Anexo 1 - Guião de entrevista a Professores e Encarregados de Educação

Categoria	Subcategoria	Questões
Caracterização	Idade Formação Função	Qual a sua idade? Qual a sua formação? Qual a sua função na comunidade educativa? Quantos anos de serviço? (para docentes)
Categoria I Animação Sociocultural	Identificar conceitos Identificar funções	O que é um Animador Sociocultural? Existe Animador Sociocultural no Agrupamento de Escolas? Existe algum técnico que substitua as funções a nível artístico, social, cultural e artístico?
Categoria II Animação Sociocultural na Educação Especial	Identificar funções	Quais as funções assumidas pelo ASC ou pelo técnico que o substitua com os alunos com NEE? Existem atividades feitas só com os alunos com NEE ou são feitas no geral? Que tipo de atividades são desenvolvidas com os alunos com NEE? Existem atividades que envolvam a restante comunidade educativa?

<p>Categoria III Expressões Artísticas na Educação Especial</p>	<p>Identificar atividades Identificar vantagens</p>	<p>As expressões artísticas fazem parte dos programas de Educação Especial? Quais considera ser as vantagens do uso de expressões artísticas com os alunos com NEE? Concorda que as expressões permitem reconhecer, descobrir e aceitar a diferença?</p>
<p>Categoria IV Relação entre pais e escola</p>	<p>Envolvimento</p>	<p>Os pais questionam a escola sobre as atividades desenvolvidas pelos seus educandos?</p>
<p>Categoria V Boas práticas</p>	<p>Desenvolvimento da inclusão Vantagens no envolvimento com a comunidade Atividades a implementar</p>	<p>O que poderia ser melhorado nos programas de educação especial? O que considera ser vantajoso na inclusão dos alunos com NEE e no seu envolvimento com a restante comunidade educativa? A implementação de atividades de inclusão nas crianças não iria criar uma inclusão continua ao longo do seu percurso académico, pessoal e profissional?</p>

Anexo 2 - Guião de entrevista a alunos

Categoria	Sub-categoria	Questões
Caracterização	Idade Escolaridade	Quantos anos tens? Que ano frequentas?
Animação Sociocultural	Identificar conceitos Identificar funções	Sabes o que é um Animador Sociocultural? O que faz um Animador Sociocultural? Existe algum na tua escola?
Educação Especial	Identificar atividades	Em que momentos tens contacto com crianças com Necessidades Educativas Especiais? Existem atividades em que todos participem?

Anexo 3 – Declarações de Consentimento informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo(a) Sr(a) Encarregado(a) de Educação

Eu, Andreia Sofia Lobo Galapito, estudante do Mestrado em Educação Especial na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado para obtenção de grau académico, pretendo estudar o Contributo da Animação Sociocultural para a Inclusão das Crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

Assim, solicito a sua autorização para a realização de uma entrevista em data a combinar.

Todos os dados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos, estando salvaguardada a confidencialidade dos mesmos, nomeadamente o anonimato.

Agradeço a sua atenção

Andreia Galapito



CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo(a) Sr(a) Encarregado(a) de Educação

Eu, Andreia Sofia Lobo Galapito, estudante do Mestrado em Educação Especial na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado para obtenção de grau académico, pretendo estudar o Contributo da Animação Sociocultural para a Inclusão das Crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

Assim, solicito a sua autorização para a realização de uma entrevista ao seu educando em data a combinar.

Todos os dados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos, estando salvaguardada a confidencialidade dos mesmos, nomeadamente o anonimato.

Agradeço a sua atenção
Andreia Galapito



CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo(a) Sr(a) Professor(a)

Eu, Andreia Sofia Lobo Galapito, estudante do Mestrado em Educação Especial na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado para obtenção de grau académico, pretendo estudar o Contributo da Animação Sociocultural para a Inclusão das Crianças com Necessidades Educativas Especiais no 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

Assim, solicito a sua autorização para a realização de uma entrevista em data a combinar.

Todos os dados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos, estando salvaguardada a confidencialidade dos mesmos, nomeadamente o anonimato.

Agradeço a sua atenção
Andreia Galapito